

IGREJA PRESBITERIANA EBENÉZER DE SÃO PAULO

PRESBITÉRIO DE CASA VERDE

SÍNODO NORTE PAULISTANO

MINISTÉRIO

FEMININO

REDAÇÃO:

Onezio Figueiredo

REVISÃO:

Presb. Saulo Javã Silvério

Presb. Adilson Neves

MINISTÉRIO FEMININO

INTRODUÇÃO

O ministério eclesiástico feminino tem sido adotado em muitas denominações com “sucesso.” A influência do pragmatismo mercantilista norte-americano, viabilizado pelo arminianismo, penetrou o território eclesiástico, gerando o cristianismo de resultados imediatos e quantitativos sob os princípios: “*comunicação-audiência*” e “*custo-benefício*”. O ministério feminino demonstrou-se prático e produtivo; portanto, viável e aplicável. Nos arraiais presbiterianos há os que o defendem ardorosamente, firmados nos argumentos: O sacerdócio universal de todos os crentes; o igualitarismo social; os direitos universais; a democracia representativa; o testemunho histórico; o diaconato de Febe; o apostolado de Júnias; a graça niveladora de Gl 3.28; o machismo dos tempos bíblicos. Geralmente a questão é posta e exposta em termos antitéticos: *Masculinismo verso feminismo*. Estudemos a matéria, confrontando-a com a revelação bíblica.

O ARGUMENTO DO SACERDÓCIO UNIVERSAL

A doutrina do sacerdócio universal de todos os crentes, proclamada pela Reforma, não visava a ordenação da mulher, mas eliminar o clericalismo da igreja dominante em que homens interpunham-se como mediadores da graça redentora entre Deus e os fiéis. Os reformadores sustentavam que a encarnação permitiu o acesso da divindade a todos os homens. Cada pessoa, independente de sexo, está direta e pessoalmente confrontada com Deus em Jesus Cristo, seu Filho, nosso único Mediador. Ministério é serviço eclesiástico liderante, não múnus intercessor ou mediador. Todos os redimidos, homens e mulheres, são iguais diante do Redentor e perante a redenção, mas com ministérios diferenciados: clérigos e leigos. A mesma Reforma que defendeu a doutrina bíblica do “sacerdócio universal de todos os regenerados”, não instituiu o ministério feminino pastoral ou presbiteral. A Igreja, corporativamente, é um sacerdócio universal(I Pe 2. 9), mas os seus ministros não são sacerdotes, muito menos os seus membros. A aplicação dos meios de graça, Ceia e Batismo, não discrimina entre masculino e o feminino, pois não existe privilégio no corpo sacerdotal de Cristo, a Igreja. O único sacerdote é Jesus Cristo, que está no *Santo dos Santos* celeste como nosso intercessor e mediador. Para os ministérios docentes, sacramentais e governamentais, o Sumo Pastor dotou o seu aprisco de apóstolos, presbíteros e diáconos.

Sobre a doutrina do “sacerdócio universal de todos os crentes” ouçamos a quase ouvidada voz do autorizado e zeloso servo de Deus, Eduardo Carlos Pereira: “*Ao sacerdócio universal do povo de Deus, de que nos fala S. Pedro, substitui Roma o sacerdócio particular de uma classe sagrada, que exclui os leigos de qualquer participação na autoridade docente e regente da Igreja, reservando-lhes apenas a*

obediência passiva, a fé implícita”. “Ao brado enérgico dos reformadores, caíram cadeias seculares; em vez de um povo passivo, sem acessos direto a seu Deus e Salvador, criado para um ministério ritualista, criou-se um ministério ativo para um povo inteligente, no pleno gozo de franca entrada ao trono da graça. Volveu-se à primitiva concepção evangélica dos ministros do Senhor: deixaram eles de ser os senhores da Igreja, para serem servos, “despenseiros das várias graças de Deus; deixaram de ser os sacrificadores da corrente judeu-cristã, para se tornarem os guias eleitos do povo na regência e docência da Igreja”(*Problema Religioso da América Latina, Imprensa Metodista, SP, 2ª Ed, 1949, pág. 41/42*). O nosso velho e combativo Carlos Pereira deixa claro que o primado do povo sobre o clero nada mais é que o acesso direto da Igreja total, sem os obstáculos sacerdotais mediatários, ao seu Senhor e Cabeça, Jesus Cristo, sendo os pastores simples apascentadores das ovelhas: “A hierocracia, que fechava a Bíblia e encobria a graça cedeu o lugar a pastores que conduziam o rebanho do Senhor às fontes das águas da vida”(*idem, pág. 42*).

ARGUMENTO SOCIOLÓGICO

A clericalização feminina sustenta-se, fundamentalmente, na tese da *absoluta igualdade* dos sexos. Isto, porém, do ponto de vista psicofisiológico é insustentável por não corresponder à realidade factual facilmente constatável. O sexo, por si mesmo, define o tipo biofísico, potencializa e qualifica o indivíduo para exercer papéis específicos intransferíveis na família e na sociedade: *pai e paternidade, mãe e maternidade*. Há pais não paternais e mães não maternais; são, porém, desvios da normalidade. Por outro lado, existem pais que exercem maternidade e mães que assumem a paternidade; também são exceções paliativas, necessários preenchimentos de vazios na vida dos filhos e incompletas satisfações de suas carências afetivas, psicológicas e culturais. Na ordem natural, e em situações normais, o pai não pode ser mãe; a mãe não pode ser pai. Portanto, os sexos não são *iguais* em desideratos e funções, mas biológica, psicológica, sociológica e emocionalmente complementares. Não se pode confundir, como freqüentemente se faz, *igualdade essencial e niveladora*, que não existe, com *igualdade de direitos sociais e profissionais*, que deve existir. A mulher, como o homem, é ser humano inteligente e racional e, portanto, com os mesmos direitos à educação, à liberdade, à competição profissional, à liderança empresarial e política. No exercício de *direitos iguais* as diferenças permanecem e devem ser conservadas e exaltadas: o pai não deixa de ser pai; a mãe não deixa de ser mãe. A sociedade democrática, onde todos são iguais perante a lei, constitui-se de patrões e empregados, de comandantes e comandados, de doutores e leigos, de mestres e alunos, de executivos e trabalhadores braçais, de homens e mulheres.

O que mais desestrutura a família e, conseqüentemente, a sociedade, não é o fato de pai e mãe trabalharem em funções, horários e locais diferentes, mas a falicidade com que se troca de cônjuge, introduzindo no corpo familiar as figuras competitivas dos amantes. Padrastos e madrastas, quando substituem pais falecidos são toleráveis, mas como competidores de pais separados é, em geral, calamitoso e desastroso para os filhos, que, via de regra, tornam-se revoltados, traumatizados e desajustados. Em lares assim, a autoridade paterna inexistente e a materna se reduz, quase sempre, à reprodução. A mulher não é, nem pode ser, igual ao homem, mas deve ter os mesmos direitos sem

quebra da desigualdade. O casamento jamais é a união de iguais em essência e natureza, mas unidade de desiguais na unificação de diferentes, que se complementam, completam-se, tornam-se, na linguagem bíblica, *uma só carne*. Entendemos que paternidade e maternidade vão muito além de geração e criação de filhos: pai e mãe são tipos, modelos e símbolos necessários e insubstituíveis de filhos e filhas. Os pés dos descendentes conservam vivas as pegadas dos ancestrais, quando estes lhes foram exemplos de vida. Os papéis paternal e maternal, especialmente nas sociedades primitivas, quando as famílias não possuíam bens patrimoniais, viviam da natureza, flora e fauna, eram fundamentalmente essenciais, representavam, insubstituívelmente, os centros aglutinadores do clã como padrões de moralidade, de estruturação da sexualidade e da conservação da tradição familiar, da crença e da história tribal. Os pais representavam o elo entre os filhos e seus antepassados. Cada indivíduo é a síntese de seus antecedentes tanto do ponto de vista genético como do histórico e do sociológico. Homem e mulher, em termos paternais e maternais, e na união monogâmica, igualam-se. O descendente precisa de ambos para a segura formação e estabilização de sua psique, personalidade e caráter. Os ministérios domésticos do pai e da mãe são imprescindíveis à vida social, moral e religiosa dos filhos, especialmente o casal unido e mantido nos moldes bíblicos: marido líder; mulher submissa.

No casamento, a mulher não se iguala ao marido: forma com ele, sexo oposto, portanto, desigual, uma unidade a que a Bíblia chama de *uma só carne*.

ARGUMENTO DA REPRESENTATIVIDADE

A sociedade dita as normas. Nestes tempos da ditadura das massas recrutadas, manipuladas e organizadas, a chamada “democracia das classes”, entende-se que a verdade nada mais é que a “opção da maioria”, que o direito é uma conquista dos “lobbies” mais fortes, mais poderosos, com mais apoio da mídia. Jamais o provérbio popular, “*A voz do povo é a voz de Deus*”, representou tanto a realidade como em nossos dias, inclusive na Igreja, onde um só deveria ser nosso Mestre, Senhor e Guia, e nós todos, irmãos uns dos outros sem qualquer discriminação nos campos social e moral. A “sociologia classista” tem feito a cabeça de muitos membros da Igreja, que confundem *ministérios* com *representações*, a ponto de sustentarem a tese de que o Conselho é um “corpo representativo da Igreja”, devendo ter um “representante” de cada segmento social, *especialmente das mulheres*, geralmente maioria, mas “sem voz nos concílios”. Para os teólogos, cultural e socialmente condicionados, o Conselho não é uma assembléia de ministros do rebanho, pastores do povo de Deus, mas “representantes políticos” de classes, faixas etárias e sexos. E a Igreja assim dirigida transforma-se em ajuntamento religioso de grupos heterogêneos, perdendo de vista a unidade do corpo de Cristo, força integradora, no mesmo conjunto, dos desiguais e dos diferentes. Os “políticos eclesiásticos” não vêm, portanto, o Conselho como “colegiado ministerial” composto de vocacionados por Deus e por ele chamados; sendo a assembléia que os elegeu constituída de servos de Cristo, instrumentos na efetivação dos soberanos atos vocacionais do Redentor. Enxergam-no como “parlamento de representantes” que deve refletir os “grupos sociais” da comunidade: homem, mulher, jovens, pobres, ricos, pretos, brancos, trabalhadores liberais, operários. Entendem, erradamente, que no primeiro e básico concílio, o Conselho, cada presbítero representa

e defende os “interesses da classe representada”. Temos aí o absurdo eclesiológico: a Igreja, Corpo de Cristo, dividida em classes sociais, cada uma com suas reivindicações próprias e específicas. Este “socialismo representativo” é uma das causas do empenho de muitos para que a mulher tenha representação na Igreja como ministra; não pode continuar, alegam, discriminada e silenciada em sua comuna religiosa.

Com base na filosofia, consciente ou não, de que “*a voz do povo é a voz de Deus*”, menospreza-se a revelação bíblica, onde ela não se afina com a ideologia das classes reivindicantes, introduzindo na Igreja tudo que a sociedade produz, aceita, legítima e sanciona. O ministério feminino, sem apoio explícito das Escrituras, entra na Igreja pelo braço claro ou oculto do direito consuetudinário estabelecido pela igualdade dos sexos nos campos sociais, culturais e profissionais. Tais direitos, socialmente legítimos, justos e necessários, pois, em se tratando de méritos, qualidades, habilidades e funções resultantes de conquistas humanas, nenhuma diferença há entre homem e mulher. Os ministérios eclesiásticos, porém, são, a nosso ver, da inteira responsabilidade de Deus. A eles não se chega por decisão humana, por independente capacitação profissional, por concurso de provas e títulos num universo sexualmente igualitário, mas por eleição divina e vocação ministerial, segundo os procedimentos do Senhor da Igreja explicitamente revelados nos escritos sagrados vetos e neotestamentários: Deus não ungiu sacerdotisas na velha dispensação e não escolheu nem comissionou apóstolas na nova. Jesus Cristo, pedra fundamental da Igreja, estabeleceu-a sobre doze fundamentos apostólicos(Ap 21. 14 cf Ef 2. 20); nenhuma mulher se conta entre eles(1); nem a Virgem Maria, bendita entre elas(Lc 1. 42), fez parte do colégio apostólico. A sua inestimável contribuição, por ordenação divina, deu-se por meio do ministério maternal: sacratíssima, específica e exclusiva função feminina, instrumento da encarnação do Verbo. Da maternidade dependem o surgimento e a estruturação social, psicológica e moral de todos os seres humanos. Sem maternidade cristã, consciente, honrada e santa, não se terá uma igreja fraternal e pura. Ao dignificar a maternidade, a mulher preserva-se como serva de Deus e preserva, conseqüentemente, a sua família, educando-a, pelo exemplo e pelo ensino, na Palavra de Deus e na vida eclesial. Paulo enxergou e ressaltou tal ministério ao dizer: “*Todavia, será preservada através de sua função de mãe*”(1 Tm 2. 15). *Maternidade*, eis o santo ministério da mulher, seu papel sagrado na economia da criação e da redenção, segundo os propósitos divinos. A ela Deus não outorgou ministérios de apóstolas, de bispas, pastoras e presbíteras.

ARGUMENTO HISTÓRICO

Autoridade da tradição histórica. Procuram-se na história os exemplos das posições modernas para o ministério feminino ordenado e, portanto, clericalizado. Os registros eclesiásticos da vida histórica da Igreja evidenciam, de fato, a presença da mulher no ministério eclesiástico, mais por herança monárquica e hierárquica do que pelo fato de ser feminina. Tertuliano(Quintus Septimus Florens Tertuliano, pai latino da Igreja, 155- 220), registra a existência de três ministérios femininos, pretensamente fundamentados na bíblica: Diaconisas, virgens, viúvas e anciãs(presbíteras). Algumas dessas ministras ocuparam cargos autoritativos entre seus pares masculinos(conforme “Testamento do Senhor”, 1.23). Plínio refere-se a duas “ministrae” ou diaconisas,

líderes de certa comunidade cristã(Epístolas, 10.96.8). A Didascália Síriaca(14 e 15) afirma que todas as viúvas acima de cinquenta anos ingressavam-se no corpo de servidoras(diaconisas) da comunidade, destinada à orientação e auxílio das viúvas pobres(5). Argumentam que nas catacumbas antigas encontram-se gravuras e pinturas antigas de mulheres em pose de impetração de bênçãos a crentes de ambos os sexos. Dois afrescos parecem indicar mulheres ministrando a Santa Ceia. Dizem que as proibições impostas ao ministério feminino pelos concílios de Laodicéia, Primeiro de Orange, de Nimes, e pelo Quarto Sínodo de Cartago deixam evidente a então e anterior existência do ministério feminino ordenado na Igreja. Aludem também à primeira mulher ordenada nos meios protestantes(mas arminianos), dona Antoinette Brown, em 1853, discípula do nestoriano Charles Finney(5). No arminianismo dois soberanos competem no campo da redenção: Deus e o homem: um com a oferta da graça e outro(o ser humano) com o livre arbítrio da aceitação ou da rejeição.

O apelo à Igreja “atualizada” e “contextualizada”, e à história, para urdidura e implantação de dogmas eclesiásticos não passam de grosseiros paralelos do “múnus sacerdotal” e da “autoridade da tradição”, fontes dos dogmas romanos. Para nós, autênticos reformados calvinistas, a revelação, plenamente contida nas Escrituras, tem a palavra final e decisiva em matéria de fé, de culto e de moral. O modernismo ético, social e teológico está levando o protestantismo a retroceder, voltando ao velho postulado dicotômico: *Palavra de Deus pelas Escrituras e Palavra de Deus pela Igreja*, produzindo duas ordenações sagradas igualmente autoritativas: Os *mandamentos de Deus* e os *mandamentos da Igreja*; os segundos, mais enfáticos e mais exigidos que os primeiros. A autoridade máxima, para nós, em matéria de fé, de moral e de liturgia, é a Bíblia.

SOLA SCRIPTURA

Contra o poder e autoridade da Igreja Romana para criar e impor dogmas, fundamentando-se mais na humana infalibilidade papal, no múnus eclesiástico e na tradição que na Palavra de Deus, a Reforma estabeleceu o primado das Escrituras: “*Única regra de fé e norma de conduta*”. Qualquer doutrina não fundamentada solidamente nas Escrituras, não comprovada por textos devidamente contextualizados, merece crédito e, portanto, não deve ser tida, crida e aceita como doutrina cristã. Por meio de inferências e exegeses circunstanciais e convenientes das Escrituras com o propósito de fazê-las apoiarem o que previamente, à margem dela e até contra ela, a sociedade eclesial gerava, apoiada na tradição, foi que o romanismo concebeu, estruturou e fixou dogmaticamente: a idolatria, a confissão auricular, a transubstanciação, a infalibilidade papal, a mariolatria, o purgatório e outros “princípios de fé”.

A tese da clericalização feminina procede do *igualitarismo* social, que exegetas, muitos deles sérios, esforçam-se para introduzi-la nos escritos sagrados, fazendo dela “uma revelação divina”. Isto é pior do que faz o romanismo, de onde nos afastamos. Este, pelos menos, busca nos meandros da Igreja, leiga e clerical, e de sua história, os fundamentos, algumas vezes supostos, de seus dogmas. Os eclesiólogos feministas, por outro lado, aurem a tese da *ordenação de mulheres* nas fulneráveis e circunstanciais fontes das prerrogativas igualitárias da cultura moderna e secular, tentando comprová-la por meio de frágeis e nebulosas citações bíblicas. Não há textos bíblicos claros, explícitos e indiscutíveis sobre o ministério feminino. E com exegeses forçadas não se

cria e não se fundamenta doutrina. A Bíblia está deixando de ser, para tristeza de alguns, a nossa “*única regra de fé e norma de conduta*”. A sociedade humana sem Deus está passando a ditar as normas comportamentais e doutrinárias para o povo de Deus, não mais as Escrituras, antes suficientes e eficientes em matéria de fé e de moral. O que aconteceu ao romanismo pode acontecer ao protestantismo: dogmatismos sem Bíblia; sociedade eclesiástica centralizada no clero e com autoridade divina; palavra do magistério ministerial com a mesma autoridade da Palavra de Deus e até superior a ela.

Ao inquirirmos o Novo Testamento sobre ordenação de mulheres para ministérios específicos, permanentes e oficiais, a resposta é um enfático: **não** (2).

OS PACTOS: DEUS E HOMEM

A teologia reformada firma-se, basilarmente, nos pactos vetotestamentários e na aliança da graça neotestamentária; todos firmados por Deus com seu povo representado pelo sexo masculino: Adão, Noé, Abraão, Moisés, Davi, Jesus Cristo. Também os animais ofertados em sacrifício, conforme determinação divina, eram machos, e prefiguravam o **Filho do Homem**, nosso Senhor Jesus Cristo. Maria, instrumento de Deus para a concretização do pacto da graça, concebeu o Sumo Sacerdote de nossas almas, mas não foi sacerdotisa; nem sequer convidada foi, pelo divino Filho, a assentar-se à mesa da primeira Ceia, celebrada com os doze apóstolos. Para se negar isto ou restringir a eleição de homens como agentes factuais representativos às circunstancialidades históricas e sociais, nega-se, como se faz freqüentemente:

a- **A soberania de Deus** com seus atributos: imutabilidade, onisciência, onipotência e onipresença bem como sua ação pessoal e volitiva em todos os eventos, feitos e fatos da história, da criação e do governo universal.

b- **Os planos eternos do Criador**. Atribuem, alguns inconscientemente, ao eterno e imutável Senhor, Governador e Salvador, a temporalidade, a transitoriedade e a imprevisibilidade. Deus, segundo os teólogos extrabíblicos, sem soberania, excluiu a mulher dos pactos porque suas ações condicionavam-se a um contexto de dominância masculina. Ele, conforme pensam, não previa as futuras “conquistas” femininas. Um Deus que não prevê o porvir por desconhecimento dos fatos sociais e históricos a serem desencadeados, por não dominar a história e não governar o tempo, não pode ser o divino Criador, Governador e Mantenedor de todas as coisas. A criatura não entende o Criador e, por não entendê-lo, questiona suas ações e decisões: “*Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus?! Porventura, pode o objeto perguntar a quem o fez: por que me fizeste assim? Ou não tem o oleiro direito sobre a massa, para do mesmo barro fazer um vaso para honra e outro, para desonra(Rm 9. 20, 21)?*”

c- **A suficiência das Escrituras**. Os teólogos liberais do igualitarismo transferem os fatos sociais da sociedade secular para o reino de Cristo, que em nada se assemelha ao mundo, pois é constituído de um povo dele retirado, peregrino e forasteiro na terra. E, assimilados pela Igreja mediante constante e sistemática repetição ideológica, costumes seculares, alguns até eventuais, convertem-se em normas de conduta e em regras doutrinárias. O bibliocentrismo, para os atualizantes, é grande empecilho. A Bíblia representa, para eles, apenas um produto religioso de determinada época, tempo em que a mulher não passava de escrava ou de “mercadoria” masculina. O mundo moderno, argumentam, não pode retroceder a tais períodos bíblicos de dominação machista. Para os que pensam assim, a Palavra de Deus circunscreve-se a um estágio

tribal do desenvolvimento humano, não servindo mais para o homem moderno; apenas algumas máximas permanecem e podem ser “aproveitadas”. Para a teologia das eventualidades circunstanciais a Escritura não é “a vontade de Deus revelada ao homem”, mas o produto da religiosidade humana numa determinada época. Neste caso, e para os “profetas contemporâneos”, a Igreja de hoje também “produz e escreve” sua “escritura” para os seus dias e para a posteridade. Assim também pensa o romanismo, gerador de seus próprios dogmas.

Preferimos ficar com Paulo: *“Toda Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra”* (II Tm 3. 16, 17). Continuamos crendo que a Bíblia é a Palavra de Deus, a revelação da vontade do Salvador a todos os seus eleitos de todos os tempos, raças e culturas. Se há circunstancialidades na revelação, estas são contingenciais e periféricas, verdadeiros invólucros de conteúdos reais; estes, sim, essenciais e permanentes. O dia em que a Bíblia deixar de ser *“nossa única regra de fé e norma de conduta”*, decretadas ficam a inoportunidade e a inutilidade da revelação e, como consequência, falência definitiva da fé reformada. O que Deus realizou no século XVI foi um terrível *engano*, para não dizer: *engodo*. O descrédito da Palavra de Deus implica, certamente, na destruição do cristianismo calvinista. Estamos perdendo a razão de ser e de existir. Muitos de nossos teólogos já dizem que pregar a um católico romano é injustificável proselitismo entre irmãos, é sectarismo denominacional. Os cultos são cada vez mais hiláricos e mais festivos, mas enquanto progridem no “gozo espiritual” das “bênçãos temporais” e na satisfação edônica dos ritmos dançantes na “Casa do Senhor”, retrocedem, e rapidamente, em biblicidade e reverência.

ARGUMENTOS BÍBLICOS: Ministério Feminino

DIACONATO

Rm 16. 1, 2: *“Recomendo-vos a nossa irmã Febe, que está servindo(diaconon) à Igreja de Cencrêia, para que a recebais no Senhor como convém aos santos, e a ajudeis em tudo que de vós vier a precisar; porque tem sido protetora(prostátis) de muitos, e de mim inclusive”*.

Não há dúvida de que Febe foi “diaconisa”, como tantas outras mulheres, mas que tenha exercido ministério diaconal eclesiástico oficial e ordenado o texto e o contexto neotestamentários não comprovam. Entendemos ser correta, por estar bem contextualizada, a tradução de Almeida, Revista e Atualizada, impressão de 1988, citada acima: *“Servindo à Igreja de Cencrêia”*; o que podia fazer como todos os demais irmãos, embora com muita ou maior dedicação pessoal, especialmente na proteção do apóstolo, possivelmente como sua hospedeira. A serviçalidade da mulher cristã comprova-se; o que não se comprova é a sua ordenação oficial para exercer, em nome do Cabeça da Igreja, Cristo, e em nome de sua própria cabeça, o marido, qualquer ministério eclesiástico. Deus não lhe concedeu tais funções, não por qualquer discriminação, mas por sua eterna vontade. Ele cria homens e mulheres, estabelece funções distintas para cada sexo e, dentro de seu soberano beneplácito, colocou na sua Igreja cabeças masculinas, não femininas, mas faz procederem todos os seus filhos da

mulher, a quem concede a bênção de concebê-los, dar-lhes à luz, educá-los nas ciências da vida, na moralidade cristã e na fé evangélica. Nenhum privilégio é maior que este, nenhuma oportunidade de servir a Deus e ao próximo é mais extensa e mais profunda. Mas as mulheres modernas, à semelhança de Eva, querem mais: mais *status*, mais privilégios, mais “reconhecimento”. Eva não desejou somente ser sacerdotisa, almejou igualar-se a Deus, chegando-se a tal propósito, não por ouvir a Palavra de seu Criador, mas as alegações tentadoras de libertação, valorização e promoção do ego feminino colocadas pelo maligno, que se irritava com a santa unidade do primeiro casal: marido-cabeça; mulher submissa e fiel. Direitos e deveres civis iguais ao do homem é reivindicação absolutamente justa e desejável; igualdade espiritual na redenção, também; mas o assentar-se no altar, onde Deus colocou o homem, é almejar apropriar-se do que Deus não lhe concedeu.

Mulheres, mirem-se em Sara, Rebeca e Maria; lutem para serem iguais a elas, mas não almejem os postos de Moisés, de Aarão, de Pedro, de Paulo, de Jesus Cristo!

O termo *diáconos*, singular, e *diáconoi*, plural(*diácono- diáconos*) é empregado para designar o *servo* de maneira geral e informal, podendo referir-se também a qualquer servo de Deus ou de Cristo, seja do sexo masculino ou feminino. Eis alguns exemplos:

01- “Então ela falou aos serventes(*diacónois*): *fazei tudo o que ele vos disser*”(Jo 2. 5). Não se há de deduzir que tais “*diacónois*”(serventes) eram oficiais ordenados(*diaconia* oficial não existia, pois inexístia a Igreja cristã), mas servos que serviam às mesas da festa nupcial sem qualquer conotação religiosa.

02- “Então ordenou o rei aos serventes(*diacónois*): *Amarrai-o de pés e mãos e lançai-o para fora, nas trevas; ali haverá choro e ranger de dentes*”(Mt 22. 13). “*Diáconois*” aqui são *servos do rei*, não um um ofício sagrado.

03- “*Marta agitava-se de um lado para outro, ocupada em muitos serviços(diaconían)*. Então se aproximou de Jesus e disse: *Senhor, não te importas de que minha irmã tivesse deixado que eu fique a servir(diaconein) sozinha*”(Lc 10. 40)? Marta era uma “*diaconisa*” no sentido amplo do termo, uma serva incansável em sua casa.

04- “*Diácono(díaconos)* no Novo Testamento significa: *Servo*(Mt 20. 26; 22. 13, Mc 9. 35); *garçom*(Jo 2. 5, 9); *agente*(Rm 13. 4; Gl 2. 17); *servo de Deus e do irmão*(II Co 6. 4; 11. 23; Ef 6. 21; Cl 1. 23, 25; I Tm 4. 6); *servo(díaconos) em caráter oficial*(Fp 1. 1; I Tm 3. 8, 12)(3).

Instituição do Diaconato sem Mulher.

Se os apóstolos tivessem de criar o ministério diaconal feminino na Igreja primitiva, certamente o teriam feito no ato de instituição deste ofício em Jerusalém, por ocasião da eleição de diáconos. O maior e mais justo motivo social seria o fato de a *diaconia* destinar-se ao socorro das viúvas gregas: mulher servindo mulheres. No entanto, o texto é claríssimo: “*Mas, irmãos, escolhei dentre vós sete **homens**(negrito nosso) de boa reputação, cheios do Espírito Santo e de sabedoria, aos quais encarregaremos deste serviço*”(At 6. 3). E havia muitas, consagradas e santas mulheres na Igreja. O que os apóstolos não fizeram, os “teólogos” modernos fazem, baseados, por exegeses convenientes, em textos inconclusivos e em inferências inconsistentes.

I Tm 3. 11: “*Da mesma sorte, quanto a mulheres, é necessário que sejam elas respeitáveis, não maldizentes, temperantes e fiéis em tudo*”.

Tais mulheres só podem ser diaconisas por inferência textual descontextualizada. A evidência mais lógica é que o texto se refira às esposas de presbíteros e diáconos(3.2 e 3.12), pois estas, se não forem “respeitáveis, não maldizentes, temperantes e fiéis”, certamente dificultarão o exercício ministerial de seus maridos, que não conseguirão governar bem suas famílias. Uma texto que prima pela definição e pela clareza, definindo os cargos e ofícios de “bispo” ou presbítero(3. 2) e “diácono”(3. 8, 12), certamente, se de fato existisse, teria definido o ofício feminino, registrando: *“Da mesma sorte, quanto a presbíteras e diaconisas, é necessário que sejam elas respeitáveis, não maldizentes, temperantes e fiéis em tudo”*(3. 11). Se Paulo não definiu nem qualificou é porque realmente não havia ministérios femininos ordenados. Os ofícios de presbítero e diácono destinam-se a maridos monogâmicos e líderes familiares. Presbíteras e diaconisas teriam de ser, acompanhando este modelo masculino, matriarcais, governadoras do lar, o que o texto não pressupõe e nem era costume naqueles tempos. E inversão do quatro não se fez. Na linha de argumento do Rev. Nicodemus(11), I Tm 3. 1- 7, conferido com Tt 1. 5- 9, Paulo tratava de ministério masculino pois, ao qualificar o candidato ao ofício ministerial, diz: *“É necessário, portanto, que o bispo seja irrepreensível, esposo de uma só mulher”*(I Tm 3. 2). *“O diácono seja marido de uma só mulher, e governe bem seus filhos e sua própria casa”*(I Tm 3. 12). Além de homem, o ministro tem de ser um “marido líder”, bom administrador da família.

O bom ministro depende, e muito, de uma boa esposa, “diaconisa do lar” à semelhança de Marta.

I Tm 5. 7- 11: *“Prescreve, pois, estas coisas, para que sejam irrepreensíveis. Ora, se alguém não tem cuidado dos seus e especialmente dos da própria casa, tem negado a fé e é pior do que o descrente. Não seja inscrita senão viúva que conte ao menos sessenta anos de idade, tenha sido esposa de um só marido, seja recomendada pelo testemunho de boas obras, tenha criado filhos, exercitado hospitalidade, lavado os pés aos santos, socorrido a atribulados, se viveu na prática zelosa de toda boa obra. Mas rejeita viúvas mais novas, porque, quando se tornam levianas contra Cristo, querem casar-se*

Mais uma vez, nenhuma declaração sobre o *diaconato de tais mulheres*. Eram, as que deveriam ser “inscritas”, viúvas muito idosos, a partir de sessenta anos; o que já dificulta o exercício diaconal, pois a média de idade naqueles tempos, para mulher, era de 45 a 50 anos. Além do mais, o que é muito importante, não eram “inscritas” para “fazerem” algo novo ou para “serem diaconisas”, mas porque *havam feito, haviam sido diaconisas informais ao longo da vida* como servas domésticas e comunitárias, constituindo-se em conselheiras e em exemplos vivos para as viúvas mais jovens, mulheres solteiras e casadas do corpo eclesial. Para as viúvas helênicas de Jerusalém, jovens e velhas, escolheram-se, por eleição, não por indicação pessoal dos apóstolos, sete **varões**, não sete mulheres.

Calvino, referindo-se às viúvas de I Tm 5. 7- 11, diz que tais viúvas, por absoluta impossibilidade de auto-sustento, deviam ser *inscritas* para receberem a proteção da Igreja(4).

Não há como, honestamente, encontrar nos escritos neotestamentários um ministério diaconal feminino ordenado, estrita e especificamente oficial e religioso. As ordenações modernas são “decisões da Igreja”, conforme a sua lógica teológica

emanada do contexto social. Para os contextualistas, uma *Bíblia que não seja a voz do povo não é voz de Deus*. Por outro lado, pensam os teólogos da religião inter e transcultural, que a Bíblia deve ser submetida a uma *releitura* para se tirar dela um novo discurso que fale “clara e adaptadamente” aos ouvidos de cada sociedade, às mentes de cada cultura. Ela, como foi revelada e como está, é um livro velho e desatualizado, carecendo de adaptações e atualizações em suas doutrinas, conceitos e ordenanças. Para tais doutrinadores e para os que lhes seguem as doutrinas, o princípio reformado da suficiência das Escrituras em matéria de fé, moral e conduta faliu. Voltaram, e estão levando com eles muitos seguidores, aos tempos da pré-reforma, quando se fazia calar a Palavra de Deus para que o homem, sem censura escriturística, falasse, estabelecendo doutrinas e normas, em lugar e em nome do Redentor. E a Igreja se encontrava sem rumo, entregue à direção de pessoas e concílios mutáveis e falíveis, que dogmatizavam ao clamor das circunstâncias, das mudanças sociais e dos interesses imediatos.

APOSTOLADO FEMININO?

Rm 16. 7: *Saudai a Andrônico e a Júnias, meus parentes e companheiros de prisão, os quais são notáveis entre os apóstolos, e estavam em Cristo antes de mim”.*

O Termo Apóstolo.

Significado especial. *Apóstolo*(enviado) e *apostello*(enviar), substantivo e verbo, que tomaram, no Novo testamento, conotações próprias, sem que se perdesse de vista o sentido geral de *enviado e enviar*. Os discípulos do grupo dos doze foram chamados “apóstolos” antes de serem enviados: “*E quando amanheceu, chamou a si os seus discípulos e escolheu doze dentre eles, aos quais deu também o nome de apóstolos*”(Lc 6.13). Para eles, portanto, o apostolado começou com o chamado, com a vocação apostólica, e não com o mandato, a missão ou comissão. **Apóstolo**, no novo conceito, é aquele que Jesus escolheu, preparou e enviou. Muitos discípulos o Mestre possuía, certamente alguns estiveram com ele o tempo todo, foram testemunhas de sua ressurreição, inclusive numerosas mulheres; setenta foram enviados(Lc 10.1), mas somente doze foram escolhidos para serem apóstolos. Fica claro, portanto, que não são as condições de: *ser discípulo, ter estado com Cristo, ser testemunha da ressurreição, ter encontrado, pessoalmente, o Cristo ressurreto*, que credenciam alguém ao apostolado no grupo do doze, mas a **eleição** e o **chamado** feitos por Cristo Jesus. São apóstolos os homens que ele soberanamente escolheu; nenhuma mulher, mesma dentre aquelas que estiveram com ele até à cruz, testemunharam o túmulo vazio, viram-no ressuscitado. Cristo não discriminou a mulher, valorizou-a consideravelmente, mas não a colocou no apostolado. Do corpo apostólico, portanto, não fazia parte a suposta **Júnia**. O que Cristo não fez, podemos fazer? Quem nos autoriza a tanto?

Paulo, contado como verdadeiro apóstolo e agindo como tal, não foge à regra do chamado e da comissão efetivados diretamente por Jesus Cristo. Ele, pois, não é *enviado dos enviados(apóstolos)*; é *enviado do Enviado Filho de Deus*. Ouçamo-lo sobre a origem e autoridade de seu ministério apostólico: “*Faço-vos, porém, saber, irmãos, que o evangelho por mim anunciado não é segundo o homem; porque eu não o recebi, nem o aprendi de homem algum, mas mediante revelação de Jesus Cristo. Porque ouvistes qual foi o meu proceder outrora no judaísmo, como sobremaneira*

perseguia eu a Igreja de Deus e a devastava. E, na minha nação, quanto ao judaísmo, avantajava-me a muitos da minha idade, sendo extremamente zeloso das tradições de meus pais. Quando, porém, ao que me separou antes de eu nascer e me chamou pela sua graça, aprouve revelar seu Filho em mim, para que eu o pregasse entre os gentios, sem detença não consultei carne e sangue, nem subi a Jerusalém para os que já eram apóstolos antes de mim, mas parti para as regiões da Arábia, e voltei outra vez para Damasco”(Gl 1. 11- 17). Paulo sustenta a tese de que Cristo constituiu duas lideranças apostólicas, uma dos judeus, Pedro, e outra dos gentios, Paulo: “... *Quando viram que o evangelho da incircuncisão me fora confiado, como a Pedro o da circuncisão(pois aquele que operou eficazmente em Pedro para o apostolado da circuncisão, também operou eficazmente em mim para com os gentios)”(Gl 2. 7, 8).* O apóstolo dos gentios dirige-se aos Gálatas com as credencias da eleição apostólica: “*Paulo, apóstolo, não da parte de homem, nem por intermédio de homem algum, mas por Jesus Cristo, e por Deus Pai, que o ressuscitou dentre os mortos”(Gl 1. 1).* Os doze, com Matias substituindo o traidor Judas, e Paulo, todos escolhidos pessoal e diretamente por Cristo, formam o basilar ministério apostólico da Igreja, insubstituível e irrepetível. Foram os únicos comissionados por Cristo a falarem em seu nome na doutrinação, na proclamação do evangelho e na implantação da Igreja primitiva, mãe de todas as posteriores igrejas cristãs, judaicas e gentílicas.

Apóstolo, Significado geral.

Fora do círculo do doze, acrescido de Paulo, o termo *apóstolo* conserva seu étimo original de *enviado*. Muitos foram enviados pelos próprios apóstolos e pelas igrejas com a designação de “*apóstolos*”, vocábulo que, no contexto conotativo, é sinônimo de *missionário*. Os apóstolos tinham o múnus de “enviar”(*apostello*), a Igreja também podia fazê-lo, e fez, mas os *enviados* de segunda mão eram apóstolos no sentido universal do termo, sem nenhuma conotação especial, sem qualquer credenciamento para o apostolado no sentido original, isto é, não se há de compará-los a Pedro, a Paulo e aos demais apóstolos de Cristo. O fato de serem *enviados* pelos apóstolos ou pela comunidade primitiva não os transforma em apóstolos, tipos de *sucessores apostólicos*. Se por serem enviados se convertessem em apóstolos, Cristo não teria apenas doze apóstolos originais, mas, no mínimo, setenta: “ *Depois disto o Senhor designou outros setenta; e os enviou de dois em dois, para que pregassem em cada cidade e lugar aonde ele estava para ir”(Lc 10. 1).* Os apóstolos conviveram com Cristo, foram seus discípulos, testemunharam sua morte e ressurreição, viram-no ressurreto, mas nem todos que tiveram os mesmos privilégios, dentre os quais muitas mulheres, e pelo motivo de tê-los, foram chamados ao apostolado ou tornaram-se apóstolos. O apóstolo não surgiu por comissão ou por ordenação, mas chamamento especial do Senhor da Igreja. Qualquer missionário da Igreja pode receber o qualificativo de *apóstolo* no sentido geral de enviado, e nada além disto. Até para a suposta Júnia, como missionária, caber-lhe-ia o designativo, não o título, de apóstola, enviada da Igreja, denotação sem qualquer conotação oficial ou ordenatória.

Quem é Júnias?

Não há, e certamente não haverá, comprovação indisputável sobre o sexo de Júnias. **Iouniân** pode ser o acusativo de **Iouniâs**(Júnias), masculino, ou se grafaria **Iounían** que, neste caso, seria o acusativo de **Iounía**(Júnia), feminino. O certo é que **Júnias**, grego, é, nos tempos neotestamentários, nome tanto para homem como para

mulher. Não se sabe em que sentido Paulo o usou. Os melhores e mais autoritativos textos gregos, porém, favorecem o sexo masculino(7). Referem-se a Júnias como apóstolo, entre outras autoridades indiscutíveis: Leenhardt, Franz J.(8), Manson, T. W(9) e Calvino, João(9). Traduções autorizadas como a NIV, por exemplo, grafam **Júnias** e não Júnia, seguindo Nestle: **iouniân**. Nenhum exegeta, honestamente, pode afirmar, com base em Rm 16.7, que mulheres exerceram apostolado e, por inferência do inferido, ocuparam funções ministeriais ordenadas e oficiais na Igreja primitiva como pastorado, presbiterato e diaconato.

Meus parentes(syngeneis):

O termo “syngeneis” pode referir-se a parentes consangüíneos, o mais provável, ou compatriotas, irmãos na fé(também conotações de *syngenes*). Eram judeus convertidos antes de Paulo, certamente quando este ainda perseguia a Igreja.

Companheiros de prisão:

Eles sofreram, à semelhança de Paulo, castigo de prisão, que pode ter sido em companhia de Paulo, na mesma cadeia, ou em outras cadeias e em épocas diferentes.

Notáveis entre os apóstolos:

Expressão que deve ser entendida como: *irmãos notáveis aos olhos dos apóstolos* e não como muitos interpretam: “*apóstolos notáveis entre seus pares*”. A referida notoriedade apostólica externamente não existiu, pois as narrativas sacras neotestamentárias nada dizem sobre eles antes e depois da referência paulina de Rm 16.7. Como podem ser explicitamente notórios entre os apóstolos, e semelhante proeminência não ser registrada nem em termos pessoais nem em conteúdos de mensagens apostólicas? Eles podem ter sido notórios entre os apóstolos como irmãos consagrados e dispostos ao testemunho cristão, mas não como apóstolos entre seus similares.

Resumindo: Júnias, se era mulher, não podia ser apóstola, pois Jesus não chamou ninguém do sexo feminino para o apostolado, isto é, os que seriam os ancestrais, as colunas, os pais da Igreja, como os patriarcas foram para Israel. Paulo usa o termo “apóstolo” no sentido geral de “enviado”, e não com o significado especial de *eleito e vocacionado para um ministério específico, exclusivo e único*. Eis o que diz Calvino: “*Em terceiro lugar, ele os classifica de apóstolos. Contudo, ele não faz uso deste título em seu sentido próprio e geralmente aceito, mas o estende para incluir todos aqueles que não só estabelecem uma igreja, mas empregam todos os seus esforços na expansão do evangelho, em todos os rincões. Neste passagem, portanto, ele está se referindo, de uma forma geral, àqueles que plantaram igrejas, levando a doutrina da salvação a várias plagas, na qualidade de apóstolos. Ele restringe a palavra, em outra parte, à ordem principal [=ad primarium illum ordinem] que Cristo estabeleceu no princípio, quando escolheu os doze discípulos*”(10).

ARGUMENTO IGUALITARISTA

Gl 3. 28: “*Dessarte não pode haver judeu nem grego; nem escravo nem liberto; nem homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus*”.

Unidade, não Igualdade.

A unidade pela igualdade não passa de uniformidade. Por outro lado, a unidade na desigualdade é corporalidade e organicidade, em que órgãos diversos em proeminências e funções não existem e não operam isoladamente: todos trabalham para a vitalidade, harmonia e funcionalidade do conjunto. Esse milagre é possível somente no corpo de Cristo, a Igreja. Sobre que tipo de unidade Paulo tinha em mente ao usar a expressão: **“porque todos vós sois um em Cristo”**, deixemos que ele mesmo nos explique: *“Porque assim como o corpo é um, e tem muitos membros, e todos os membros, sendo muitos, constituem um só corpo, assim também com respeito a Cristo, pois, em um só Espírito, todos nós fomos batizados em um corpo, quer judeus, quer gregos, quer escravos, quer livres. E a todos nós foi dado beber de um só Espírito. Porque também o corpo não é um só membro, mas muitos. Se disser o pé: Porque não sou mão, não sou do corpo; nem por isso deixa de ser do corpo. Se o ouvido disser: Porque não sou olho, não sou do corpo; nem por isso deixa de o ser. Se todo corpo fosse olho, onde estaria o ouvido? Se todo fosse ouvido, onde estaria o olfato? Mas Deus dispôs os membros, colocando cada um deles no corpo, como lhe aprouve. Se todos, porém, fossem um só membro, onde estaria o corpo”*(I Co 12. 12-19). Paulo ressalta que a unidade em Cristo não elimina as desigualdades, antes efetiva o papel cooperativo de cada órgão na expressão global do corpo: *“Cooperem os membros com igual cuidado em favor uns dos outros”*(I Co 12. 25b). Em outras palavras: **O homem**, conforme o seu ministério concedido por Deus; **a mulher**, segundo o papel que o Criador a ela destinou na criação e na redenção; **os judeus**, precursores do cristianismo; **os gentios**, até então excluídos da graça; **o homem livre**, mas servo do egoísmo e do pecado; **o escravo**, considerado “objeto”, um ser sem alma para o qual não se cogitava a salvação; **o homem**, valorizado perante a sociedade; **a mulher**, desvalorizada e submetida: **todos** pertencem agora, sem qualquer discriminação, ao corpo de Cristo, a Igreja. Uma constatação: O cristianismo não mudou a estrutura social, não eliminou o patronato, não acabou com a escravatura, não destruiu o judaísmo, não sepultou o gentilismo: apenas uniu todos os “desunidos”, mantendo as desigualdades, em Cristo Jesus, declarando que o “vós”, tão heterogêneo, agora se integram na, anteriormente inimaginável, unidade no Filho de Deus. Vejamos, pela descrição do próprio Paulo, que a estrutura social permaneceu a mesma dentro da Igreja:

O marido continua cabeça da mulher: *“Quero, entretanto, que saibais ser Cristo o cabeça da de todo homem, e o homem o cabeça da mulher, e Deus o cabeça de Cristo*(I Co 11.3 cf Ef 5. 23).

A mulher continua submissa ao marido: *“Esposas, sede submissas aos próprios maridos, como convém no Senhor”*(Cl 3. 18 cf Ef 5. 22; 6. 9; I Pe 3. 1)

Os senhores continuam senhores: *“Senhores, tratai aos servos(douloi-escravos) com justiça e com equidade, certos de que também vós tendes Senhor no céu”*(Cl 4.1).

Os escravos continuam escravos: *“Todos os servos(douloi- escravos) que estão debaixo de jugo considerem dignos de toda honra os próprios senhores, para que o nome de Deus e a doutrina não sejam blasfemados”*(I Tm 6.1 cf Ef 6. 5-8; I Co 8. 20, 21).

A mulher continua fora do ministério oficial ordenado: *“E não permito que a mulher ensine, nem que exerça autoridade sobre o marido”*(I Tm 2.12^a).

Apesar de tudo isso, “todos são um em Cristo”, mas o marido tornou-se melhor marido; a esposa, melhor esposa; o senhor, melhor senhor; o escravo, melhor escravo. Nada se modifica: o homem permanece detentor do múnus ministerial ordenado; a mulher continua como auxiliadora do marido, estimuladora e alimentadora de seu ministério.

Não se deve, por meio de um texto isolado e descontextualizado, imaginar um igualitarismo que Paulo não preconizou, não existiu na Igreja de seu tempo, não se notou na Igreja sucessora, não se observa hoje. Menos cabimento ainda é deduzir do texto em questão o ministério ordenado feminino.

Além do contexto remoto, que comprova a tese da desigualdade, o contexto próximo é, pelos exegetas do igualitarismo, menosprezado: O texto fala da inclusão dos gentios na Igreja de Cristo e da discriminação entre judeus, procurando justificação na Lei, e gentios, considerados de segunda categoria, por não se submeterem ao legalismo mosaico(Gl 2. 14, 21). Paulo assevera que a unidade em Cristo não se estabelece pela obediência à Lei, mas pela graça mediante a fé. O apóstolo não pregou a “comunização” da sociedade, não falou de “direitos humanos”, não pretendeu colocar no altar, lado a lado, homem e mulher; doutrinou sobre a graça redentora concedida a judeu e gentio, a senhor e escravo, a homem e mulher; ensinou que em Cristo as diferenças e as desigualdades não impedem a unidade, antes a reforçam, enriquecem-na, consolidam-na. Calvino, comentando I Co 11. 3, assim se expressa: *“Há excessiva dificuldade no que se segue. Aqui, o homem é colocado numa posição imediata entre Cristo e a mulher, de modo que Cristo não se constitui na Cabeça da mulher. Todavia, é o mesmo apóstolo quem ensina, em Gálatas 3. 28, que “em Cristo...não há nem macho nem fêmea”. Por que ele conservou essa diferença aqui, quando a eliminou da outra passagem? Minha resposta é que a solução depende do contexto de ambas as passagens. Quando Paulo diz que não há diferença entre homem e mulher, ele está falando do reino espiritual de Cristo, onde as características externas(=persone) não são levadas em conta, pois esse reino não tem nada a ver com o corpo, nada a ver com as relações físicas e recíprocas dos homens(= ad externum hominum societatem); assim, toda a sua preocupação gira em torno do espírito. Eis a razão por que Paulo declara que não há diferença nem entre “escravo e livre”. Contudo, ao mesmo tempo, ele deixa intacta a ordem civil(=civilem ordinem), bem como as distinções em honras, pois a vida cotidiana ordinária não pode avançar sem estas”(13).*

Unidade, sim; igualdade, não. A Igreja não nasce da sociedade; procede de Deus; sua verdade não é filha da razão humana; emana da revelação divina.

ARGUMENTO DA DÁDIVA DO ESPÍRITO

A dádiva geral do Espírito Santo no pentecostes, argumentam, igualou os sexos no novo Israel, a Igreja. Texto:

Atos 2. 17, 18: E acontecerá nos últimos dias, diz o Senhor, que derramarei do meu Espírito sobre toda carne; vossos filhos e vossas filhas profetizarão, vossos jovens terão visões, e sonharão vossos velhos; até sobre os meus servos e sobre as minhas servas derramarei do meu Espírito naqueles dias, e profetizarão.”

Inaplicabilidade do texto ao ministério feminino.

Consideremos o seguinte:

Pedro diz que o fenômeno pentecostal, derramamento do Espírito e universalização da mensagem revelada, é o cumprimento da profecia de Joel para *os últimos dias*. Ora, a profecia de Joel não se limita a visões e profecias, mas inclui: Prodígios no céu e sinais na terra; sangue, fogo e vapor de fumo; escurecimento do sol e vermelhidão da lua; tudo isso antes que venha o glorioso Dia do Senhor(2. 19-21). Segundo a interpretação de Pedro, os *últimos dias* haviam começado; os sinais do fim estavam ocorrendo; a volta de Cristo, portanto, era iminente. Que a Igreja vive o tempo do fim, o ínterim entre a primeira e a segunda vinda, não nos parece discutível, mas a suposta inclusão da mulher na ordem ministerial não fica evidente: Com os doze no Cenáculo reuniam-se Maria, outras mulheres, os irmãos de Jesus e outros discípulos, num total de cento e vinte(At 1. 13, 14, 15). Afirma-se-nos que “todos”, ao receberem o Espírito, falaram “em outras línguas”(At 2. 3, 4), tendo a promessa do dom profético cumprimento imediato: “*vossas filhas profetizarão*”. Porém, Pedro, explicando aos que atribuíram embriaguez aos pregadores movidos pelo Espírito Santo, omite completamente a participação feminina na proclamação inicial e inaugural da Igreja. Menciona somente homens: “*Varões judeus e todos os habitantes de Jerusalém, tomai conhecimento disto e atentai nas minhas palavras. Estes **homens**(negrito nosso) não estão embriagados, como vindes pensando, sendo esta a terceira hora do dia*”(At 2.13, 14, 15). Então, com base no registro petrino, de imediato, a profecia não se cumpriu em relação às mulheres presentes, incluindo Maria, genitora do Messias. Elas, sem dúvida nenhuma, receberam o Espírito, mas não profetizaram no pentecostes, porque tal ministério, no evento institucional da Igreja, era da exclusiva competência apostólica. Lembremos que Jesus não vocacionou mulheres ao apostolado. As profecias femininas posteriores, como as das filhas de Filipe(At 21. 9), não estão registradas no Novo Testamento; certamente por não serem apostólicas e, por isto mesmo, sem autoridade doutrinária, sem conteúdo revelacional e sem relevância edificante. Os sinais cósmicos, previstos por Joel, podem ter ocorrido por ocasião da morte física de Cristo, quando houve trevas da hora sexta até a hora nona. Admitimos, com as Escrituras, que a mulher pode ter visões e profetizar, no sentido de “ensinar” e de “proclamar” a palavra apostólica revelada, não de *revelar*. A ela, pois, Deus não concedeu o múnus sacerdotal no Velho Testamento nem o apostólico no Novo. O texto, portanto, nada diz

explicitamente sobre ministério da mulher, e não há nele qualquer base, entendemos, para se inferir apostolado, bispado, presbiterato ou diaconato femininos. O Espírito que, na dispensação vetotestamentária, selecionava alguns israelitas para inspirá-los e conceder-lhes dons carismáticos, agora é uma dádiva da comunidade inteira dos eleitos regenerados. O batismo com o Espírito Santo não é privilégio de poucos, é bênção de todos os verdadeiramente redimidos e chamados para dentro do corpo de Cristo, a Igreja: homens, mulheres, jovens, senhores, servos, judeus e gentios. Perante a graça todos são iguais, mas o organismo eclesial, segundo decisão de Deus, possui distintos ministérios; e para os de apóstolos, bispos, presbíteros e diáconos Deus vocacionou homens, não mulheres. O Espírito Santo, na aplicação da graça redentora, não discrimina sexo. O regenerado, homem ou mulher, é sua habitação. Não é, contudo, da competência do Espírito outorgar o fundamental dom de apóstolo; e ele não o fez, pois o número permaneceu fixado em doze, com o posterior acréscimo de Paulo, chamado e enviado por Cristo. A Igreja de Corinto, caracteristicamente carismática, dividiu-se, pelas preferências pessoais, em três lideranças masculinas: A de Paulo, a de Apolo e a de Cefas(Pedro). Um grupo não aderiu a nenhum líder, talvez o mais problemático, composto dos que diziam: *Somos de Cristo*(ver I Co 1. 12). Patenteado fica, pois, não somente o cisma comunitário, mas o fato da não existência de ministério diretivo feminino numa igreja em que se supunha aplicada a promessa pentecostal do derramamento do Espírito, e onde a mulher, certamente, “profetizava”.

PAPÉIS MINISTERIAIS DA MULHER

A Bíblia registra a participação feminina em muitas áreas da vida do povo de Deus, menos no sacerdócio e no ministério apostólico. Eis algumas mulheres operantes, com papéis relevantes na história de Israel e da Igreja:

No Velho Testamento:

Miriã, profetisa e líder: “A profetisa Miriã, irmã de Arão, tomou um tamborim, e todas as mulheres saíram atrás dela com tamborins e com danças. E Miriã lhes respondia: *Cantai ao Senhor, porque gloriosamente triunfou, e precipitou no mar o cavalo e o seu cavaleiro*”(Ex 15. 20, 21).

Débora, profetisa e juíza: “Débora, profetisa, mulher de Lapidote, julgava a Israel naquele tempo. Ela atendia debaixo da palmeira de Débora, entre Ramá e Betel, na região montanhosa de Efraim; e os filhos de Israel subiam a ela a juízo”(Jz 4, 4,5).

Um dos documentos mais antigos do Velho Testamento é o “O Cântico de Débora”(Jz, cap. 5). O narrador, no entanto, não se esqueceu de registrar: “*Mulher de Lapidote*”, deixando clara sua condição de esposa, submissa a seu marido, como todas casadas de seu tempo e de seu povo.

Hulda, profetisa: “Então o sacerdote Hilquias, Aicão, Acbor, Safã e Asaías foram ter com a profetisa Hulda, mulher de Salum, o guarda-roupa, filho de Ticvá, filho de Harás, e lhe falaram. Ela habitava na cidade baixa de Jerusalém. E ela lhes disse: *Assim diz o Senhor, o Deus de Israel....*”(II Rs 22.14, 15 cf II Cr 34. 14-28). Ela, falando pelo Senhor, declarou que o rolo encontrado por Hilquias era realmente o da Lei, e que o Rei e o povo tinham de obedecê-lo. Mais uma vez, porém, se diz: “*Hulda, mulher de*

Salum”. Usada por Deus, sim, mas sem perder a condição de esposa submissa e sem qualquer função sacerdotal.

Muitas profetisas atuaram em Israel(Ex 15. 20; Ne 6. 7, 14; Is 8. 3; Ez 13. 17- 23; Lc 2. 36, 37).

Ester: Uma judia que Deus colocou como rainha da Pérsia que, no trono, impediu o massacre de seu povo. É inestimável a contribuição destas e de outras mulheres no Velho Testamento como Eva, Sara, Rebeca, Raquel, Ana...

No Novo Testamento:

Várias mulheres seguiram Jesus Cristo e, na condição de seguidoras, certamente, discípulas(Lc 8. 1- 3; 23. 27, 49, 55, 56; Mt 27. 55, 56; Mc 15. 40,41). Elas foram as primeiras a proclamarem a ressurreição do Filho de Deus por ordem de um anjo(Lc 24. 6-8). Jesus privilegiou a mulher samaritana com um diálogo messiânico profundo e revelador de sua messianidade(Jo 4. 27- 42). A mulher esteve presente de maneira atuante, necessária e decisiva na vida do divino Mestre do nascimento à cruz: Maria, sua mãe; Maria, mulher de Clopas, e Maria Madalena(Jo 19. 25). Na ressurreição: Maria Madalena(Mc 16. 9, 10), incumbida de anunciar o Cristo ressurreto aos seus discípulos(Jo 20. 11- 18). Além das mulheres que estiveram com Jesus do início ao fim de sua existência terrena, a Igreja neotestamentária contou com o ministério informal ou leigo de várias irmãs maravilhosas:

Maria, mãe de João Marcos: Numa época de perseguição, mantinha em sua casa uma congregação de servos de Cristo(At. 12. 12).

Priscila, esposa de Áquila: Hospedou Paulo em sua casa(At 18. 1. 4) e ajudou o marido na doutrinação de Apolo, o eloquente judeu alexandrino(At 18. 26).

Lídia: Certamente líder de sua família, pois, ao converter-se, foi batizada com toda sua casa, convidando Paulo e Timóteo para serem seus hóspedes(At 16.14, 15).

Tabita(Dorcas): Discípula cristã, costureira, a quem Deus ressuscitou por intercessão de Pedro(At 9. 36-42).

Isabel, mãe de João Batista(Lc 1. 5- 25), a primeira a declarar a messianidade de Jesus(Lc. 1. 41- 45).

Maria, mãe de Jesus, que deixou um dos mais lindos e significativos cantos litúrgicos, o *Magnificat*(Lc 1. 46- 56), além do ministério maternal de inestimável significado para a história da redenção.

LIDERANÇA MINISTERIAL MASCULINA

O “feminismo bíblico”, diante de textos explícitos sobre a autoridade ministerial do homem na Igreja, tem procurado diminuir a sua força doutrinária por meio de recursos exegéticos ou por alegação de contextualidade histórica, sociológica e religioso, isto é, normas circunstancializadas pela cultura local, estabelecadora de hábitos, costumes e regras de abrangência restrita ao espaço cultural e ao tempo, morrendo com a morte da sociedade originária. Quanto a Paulo, dizem que foi profundamente influenciado pela religião judaica machista, especialmente a do judaísmo pós-exílico,

centralizada no sexo masculino, não conferindo à mulher nenhum espaço na ordem sacerdotal. A ela não se aplicava o sinal do velho pacto, a circuncisão, como se lhe aplica o da nova, o batismo, signo substituto, que lhe confere a condição de membro direto da Igreja sem qualquer discriminação de sexo. Esta acusação de submissão aos preceitos judaizantes no que concerne ao ministério feminino cabe também a Jesus Cristo, que também não incluiu a mulher, nem sua mãe, no ministério apostólico. E, ao comissionar seus discípulos, não enviou casais, mas duplas masculinas(Lc 10. 1).

Com os pressupostos acima, vejamos os textos impeditivos do ministério feminino nas reuniões litúrgicas de natureza sacramental didática e querigmática:

MULHER E HOMEM NA IGREJA

1 Co 11. 3- 16: Quero, entretanto, que saibais ser Cristo o cabeça do homem, e o homem cabeça da mulher, e Deus o cabeça de Cristo. Todo homem que ora ou profetiza, tendo a cabeça descoberta, desonra a sua própria cabeça. Toda mulher, porém, que ora, ou profetiza, com a cabeça sem véu, desonra a sua própria cabeça, porque como se a tivesse rapada. Portanto, se a mulher não usa véu, nesse caso que rape o cabelo. Mas, se lhe é vergonhoso o tosquiarse, ou raparse, cumpre-lhe usar véu. Porque, na verdade, o homem não deve cobrir a cabeça por ser ele imagem e glória de Deus, mas a mulher é glória do homem. Porque o homem não foi feito da mulher; e, sim, a mulher do homem. Porque também o homem não foi criado por causa da mulher; e, sim, a mulher, por causa do homem. Portanto, deve a mulher, por causa dos anjos, trazer o véu na cabeça, como sinal de autoridade. No Senhor, todavia, nem a mulher é independente do homem, nem o homem, independente da mulher. Porque como provém a mulher do homem, assim também o homem é nascido de mulher; e tudo vem de Deus. Julgai vós mesmos: é próprio que a mulher ore a Deus sem trazer o véu? Ou não vos ensina a própria natureza ser desonroso para o homem usar cabelo comprido? E que, tratando-se da mulher, é para ela uma glória? pois o cabelo lhe foi dado em lugar de mantilha. Contudo, se alguém quer ser contencioso, saiba que nós não temos tal costume, nem as igrejas de Deus”.

Os defensores do ministério feminino, aculturados na sociedade, tentam justificar suas posições pelas Escrituras. O texto acima tem sido muito citado por eles mas, na verdade, não lhes serve de prova; pelo contrário, reforça a tese bíblica geral do ministério ordenado exclusivamente masculino. Para melhor entendimento do texto evidenciemos:

a- Paulo dirige-se a homens e mulheres como seres criados para a execução de papéis distintos na ordem social. Ressalvando o que é específico, segundo os propósitos do Criador para as suas mais extraordinárias criaturas, na economia da graça redentora trazida por Cristo Jesus, homens e mulheres se unificam. O apóstolo não tem em vista, portanto, a relação marido - mulher, mas a contribuição de ambos os sexos na nova humanidade recriada em Cristo.

b- O texto está dentro de um contexto de natureza disciplinar. A Igreja de Corinto não tinha a tradição religiosa de sua co-irmã de Jerusalém por estar num ambiente helênico, onde as “meretrizes cúlticas”, cerca de mil, tinham papel proeminente no culto à deusa Afrodite cujo templo situava-se no topo do outeiro Acrocorinto(12). As sacerdotisas gregas, nas celebrações pagãs da fertilidade, embora tivessem posição de

submissão e passividade, falavam, às vezes desconexadamente, proferindo oráculos, sendo estimadas e admiradas. A Igreja cristã recebeu, por conversão e por adesão, muitas mulheres ex-devotas de Afrodite e de outros deuses e deusas, trazendo para a nova revelação, o cristianismo, herdeiro e sucessor da velha dispensação, os hábitos religiosos anteriores. Paulo não bateu de frente, para não somar mais uma crise à muitas existentes na Igreja de Corinto, mas estabeleceu limites à participação da mulher nas reuniões comunitárias, principalmente no que respeita à posição dela perante a autoridade masculina, não procedente do homem, mas de Deus, no ato da criação. A fraqueza doutrinária da Igreja de Corinto, por outro lado, devia-se à ausência de uma liderança única e efetiva e ao espaçamento de visitas apostólicas. A alegação a favor do ministério feminino, estando no mesmo contexto, sofre as mesmas limitações e restrições interpretativas: *não se pode universalizar o que é local e restrito a uma contingência situacional*. Não é de bom alvitre afirmar que o texto é de caráter *universal*, quando trata de “ministério feminino”, mas local, ao falar da proeminência masculina. Paulo, como sempre faz, doutrina com base na revelação e na criação, não levando em conta as contingências culturais, pois entende que as relações homem-mulher e Cristo-Igreja emanam de decisões divinas, sendo, portanto, cultural, social e teologicamente inalteráveis.

c- **Homem, cabeça da mulher:** “*Quero que saibais ser Cristo o cabeça de todo o homem, e o homem o cabeça da mulher, e Deus o cabeça de Cristo*” (I Co 11. 3).

Paulo, firmado solidamente na revelação bíblica, diz haver uma hierarquia permanente de autoridade, não existindo possibilidade de nenhuma inversão da ordem: *Deus, cabeça de Cristo; Cristo, cabeça do homem; homem, cabeça da mulher*. Muitos teólogos, usando argumento etimológico, dizem que, neste texto, *cabeça* (*kephalê*) significa fonte, origem, procedência(14). Que a mulher procedeu do homem, segundo a criação, somos informados por Gênesis, mas de que Deus seja a *fonte* ou *origem* de Cristo as Escrituras não nos informam. E, se assim fosse, cairíamos na heresia do subordinacionismo trinitário, e a Trindade deixaria de ser Um só Deus em três pessoas co-eternas, co-iguais, consubstancias e consensuais. Preferimos acreditar, com muitos exegetas eminentes, que a palavra *cabeça*, aqui e em Efésios e Colossences, significa *fonte de vida e autoridade*. Mas uma *fonte de vida* que não pode ser retirada, pois continua gerando a vitalidade, promovendo a existência. A interação *cabeça-corpo* é de caráter indissolúvel: Pai, Filho e Espírito Santo são um só Deus. Nenhuma destas pessoas pode ser retirada, pois a divindade existe na triunidade. Assim, nem a mulher existe sem o homem, nem o homem existe sem a mulher, mas sempre na relação *cabeça-corpo*. Podemos exemplificar com a “*cabeça do rio*”, sua fonte. O rio apareceu, originado de sua fonte, e continua mantido por ela. A relação *rio-fonte* é interativa e existencial. O rio vive da fonte. É uma dependência essencial, sem escravidão. A humanidade é um conjunto composto e integrado bilateralmente de homem e mulher, exatamente na forma do esquema paulino: “*Porque o homem não foi feito da mulher; e, sim, a mulher do homem. Porque também o homem não foi criado por causa da mulher; e, sim, a mulher, por causa do homem*” (I Co 11.8, 9). Para muitos, semelhante ordem parece injustificável subordinação, mas Deus a fez assim e assim a quer para sempre. Se a mulher se sente escrava do homem, também o homem deveria sentir-se escravo de Cristo e Cristo do Pai. Entretanto, a liberdade e autenticidade dependem desta relação existente

na Trindade e projetada na humanidade pela unidade homem-mulher. Somos verdadeiros, libertos e realizados seres humanos, quando nos submetemos a Cristo. Assim, a mulher torna-se autêntica, femininamente livre, liberta do solitarismo e da rejeição na pela condição de esposa submissa ao marido.

A denotação de autoridade do termo *kephalê* vincula-se ao sentido de *archegos* (*líder*), de *archê*(princípio), de *kyrios*(*Senhor*), *de fonte da vida*. A vida do homem veio diretamente de Deus, seu *Kephalê*, que a soprou em suas narinas. A vida da mulher veio do homem, seu *kephalê*(15). Esta ordem não pode ser subvertida; a mulher não pode exercer autoridade sobre o homem como este não a pode exercer sobre Cristo. O Sacerdote da Igreja é Cristo; o da mulher e da família é o homem. A mulher, unida ao homem, goza, por esta unidade, a bênção de ser imagem e semelhança de Deus, conforme a criação e segundo o pensamento paulino.

d- **Mulher que ora e profetiza.** Paulo admite a oração e a interpretação das escrituras(profecia) por mulheres no culto público da indefinida e confusa Igreja de Corinto, mas com o reconhecido sinal da submissão feminina, o véu. Naqueles tempos, tanto na cultura helênica como na judaica, o véu era sinal de que a mulher estava compromissada com um homem ou sob sua autoridade: a casado, submissa ao marido; a solteira, a seu pai. Na rua, ninguém se atrevia galantear uma mulher de véu na cabeça, o que representaria uma afronta ao seu senhor, esposo ou pai. A mulher sem véu não tinha dono. Era mais ou menos, embora com menor rigor comportamental e somente para as casadas, o que acontece hoje com a mulher de aliança no dedo anular: todos sabem, pelo símbolo exposto, que se trata de uma esposa; galanteio a ela é desrespeito ao seu marido. Por esta causa, Paulo, usando uma metonímia conhecida, chama o véu feminino, em I Co 11. 10, de “autoridade”(exousia). Este versículo algumas versões traduzem-no literalmente: *É por isso que a mulher deve ter autoridade(exousia) sobre a cabeça, por causa dos anjos*”(16). Alguns exegetas dizem que essa *autoridade* é da própria mulher. Houve mulher, efetivamente, revestida de autoridade(juízas e rainhas), mas o texto não discrimina e nem especifica: trata do comportamento feminino normal e geral expresso nas reuniões litúrgicas, e não de algumas delas, as especiais. Paulo, portanto, esclarece o que afirmara nos versículos 3, 7-9, isto é, na ordem da criação deve-se respeitar a hierarquia estabelecida pelo Criador: Deus-» Cristo-» homem-» mulher, sendo o véu o sinal visível de que a mulher, ao orar e ao profetizar não o faz independente do homem, mas submissa a ele(17). No esquema de gradação ministerial, Deus-» Cristo-» homem-» mulher, não se pode imaginar, bíblicamente falando, uma mulher apóstola, bispa, pastora, presbítera, exercendo autoridade ministerial sobre homens. Paulo não admite tal tipo de autoridade(I Tm 2.12).

e- **Por causa dos anjos.** Como a metonímia do véu, é possível que o termo *anjos* seja usado para significar a vigilância espiritual, que Deus exerce sobre todos os seus filhos porque, espiritualmente, não há diferença entre homem e mulher, pois todos são um em Cristo, conforme declara o v. 11 em consonância com Gl 3. 28. Tal vigilância espiritual é exercida diretamente pelo Espírito Santo, que habita todos os regenerados, independentemente de sexo. O texto, porém, não trata da “igualdade espiritual” diante da graça universal trazida por Jesus Cristo, suficiente para todos, mas eficiente exclusivamente para os eleitos, homem ou mulher. Acompanhemos o insigne Calvino:

“Por causa dos anjos”. Esta frase recebe várias explicações. Porque o profeta Malaquias chama os sacerdotes de “anjos de Deus”(2. 7); alguns acreditam que Paulo os focaliza aqui. Porém, os ministros da Palavra jamais são descritos só desta forma, ou seja, sem o acréscimo de algo mais; além disso, essa interpretação seria bastante forçada. Portanto, eu a considero em seu sentido usual. Mas alguém poderia perguntar por que Paulo queria que as mulheres tivessem suas cabeças veladas por causa dos anjos. O que isto tem a ver com eles? Alguns respondem que os anjos se acham presentes quando os crentes estão orando, e são, por isso, testemunhas de algum indecoro que porventura é permitido entrar furtivamente em suas reuniões. Porém, que necessidade há de idéia tão engenhosa? Sabemos que os anjos estão sempre à disposição de Cristo, como igualmente sua Cabeça, sempre ao seu dispor. Portanto, quando as mulheres chegam ao ponto de satisfazer seus pendoros, e contra a lei de Deus e dos homens se apropriarem do sinal de autoridade para si mesmas, elas propiciam que os anjos vejam quão indecorosas são. Portanto, a frase é apresentada à guisa de ampliação, como se dissesse: “ Se as mulheres abolem seus véus, não somente Cristo, mas igualmente todos os anjos, serão testemunhas do desastroso resultado”(18).

Cremos, firmados nas visões litúrgicas do Apocalipse, que o culto transcende os limites da humanidade, havendo nexos espirituais entre a adoração terrestre, realizada pelos homens, e a celeste, celebrada pelos anjos. Então, a irreverência e a inconveniência, quando demonstradas na liturgia da Igreja peregrina, criam um estado desarmônico com o culto dos anjos diante do majestoso trono de Deus. Não afirmo, conjeturo, mas com razoável possibilidade de acerto. Paulo diz que os homens devem orar em todos os lugares, mas com bom testemunho(levantando mãos santas), e que as mulheres testemunhem pela decência da indumentária e por boas obras; isto é, pela vestimenta e pelo comportamento se sabia quem era a verdadeira mulher cristã(I Tm 2. 8, 9).

KEPHALÊ- Autoridade Ministerial.

Ef. 5.23: *“Porque o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da Igreja, sendo este mesmo Salvador do corpo. Como, porém, a Igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo submissas a seus maridos”.*

Aqui, sem a menor contestação consistente, o marido é o cabeça (kephalê) da esposa num sentido similar a Cristo, Cabeça da Igreja: *“O marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da Igreja”.* E a analogia comparativa repete-se na cláusula da sujeição ou submissão: *“Como, porém, a Igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo submissas e seus maridos”.* A liderança do marido sobre a esposa espelha-se e se molda no paralelo analógico da liderança de Cristo sobre a Igreja. A relação marido-mulher(não mulher-marido), tipifica e expressa a estreitíssima comunhão relacional entre Cristo e sua esposa, a Igreja. Cristo, sacerdote da Igreja; esposo, sacerdote da esposa. Esta ordem, estabelecida por Deus, não pode ser mudada em nome da racionalidade, da estrutura social, da lógica empírica, dos direitos e prerrogativas da mulher, da capacidade representativa, do igualitarismo dos sexos. O que Deus estabeleceu e a Bíblia revela deve ser, para o verdadeiro evangélico, “princípio e norma inalteráveis e irrevogáveis”. Assim como Cristo ministra sobre a Igreja, sua esposa, o marido ministra sobre sua consorte da qual é cabeça.

Melhores informações sobre *kephalê*, consultar o excelente artigo do Rev. Augustus Nicodemus, “Ordenação Feminina- O que o Novo Testamento tem a Dizer?”, na revista Fides Reformata, Vol. II, nº 1, página 59.

A MULHER E O CULTO.

I Co 14. 33- 37: *“Porque Deus não é de confusão; e, sim, de paz. Como em todas as igrejas dos santos, conservem-se as mulheres caladas nas igrejas, porque não lhes é permitido falar; mas estejam submissas como também a lei o determina. Se, porém, querem aprender alguma coisa, interroguem, em casa a seus próprios maridos; porque para a mulher é vergonhoso falar na Igreja. Porventura a palavra de Deus se originou no meio de vós, ou veio ela exclusivamente para vós outros. Se alguém se considera profeta ou espiritual, reconheça ser mandamento do Senhor o que vos escrevo”.*

Este texto(o mesmo se diz de I Tm 2. 8- 15) e seu autor têm sofrido intenso ataque. “H. Conzelmann e outros negam-lhe a autenticidade, alegando ser interpolação que prejudica o correto entendimento do pensamento paulino por contrastar-se com I Co 11. 5,11,12 e vincular a Igreja ao ensino rabínico sobre a mulher, agora libertada em Cristo Jesus. Há os que acusam o próprio Paulo de tradicionalismo judaico por não se ter libertado completamente da religião anterior na qual a mulher era totalmente discriminada tanto nos ofícios litúrgicos como na vida social”(20).

Não concordamos com a afirmação de que I Co 14. 33- 37 desmente I Co 11. 5, 11, 12. No texto de I Co 11, Paulo fala da discreta participação da mulher nas reuniões litúrgicas, onde lhes admite a oração comunitária e a alocação de profecia, mas sempre sob a autoridade masculina: demonstração de respeito e submissão evidenciada por meio do obrigatório uso do véu. O apóstolo estabelece normas gerais e prescreve comportamentos adequados. Em I Co 14. 33- 37, ele trata de questões existentes, realidades presentes, pois no culto da Igreja de Corinto todos se julgavam com autoridade e direito de falarem ao mesmo tempo, inclusive as mulheres, não somente profetizando, comunicando as Escrituras, mas envolvendo-se em debates, em questionamentos, em disputas doutrinárias, em glossolalias(14. 23, 26 - 33). Muitos pensavam, como alguns pensam hoje, que, por ação direta do Espírito Santo, produziam novas revelações e, portanto, o que falavam tinha a mesma autoridade da palavra bíblica e do ensino apostólico. Semelhantes distorções levaram o apóstolo a escrever a seguinte e dura advertência: *“Porventura a palavra de Deus se originou no meio de vós, ou veio ela exclusivamente para vós outros?”(I Co 14. 36)*. Orar e profetizar, direitos reconhecidos por Paulo, nada tem a ver com desordem e confusão(v. 33), inclusive com mulheres julgando-se no direito de se igualarem aos homens, desonrando o “véu da submissão”, que trazia na cabeça. A mulher ora e fala na Igreja Presbiteriana do Brasil, mas sempre sob a autoridade do Ministro, e obedecendo nossos princípios litúrgicos e doutrinários, segundo as Escrituras. Porém, se ela assumir a presidência da assembléia, questionar os pastores regentes e docentes, impor opiniões teológicas contrárias à nossa fé: é obrigação do ministério ordenado aplicar-lhe o procedimento disciplinar paulino: *Conserve-se calada!*

Conservadorismo paulino. Os mordernizantes e atualizantes da velha revelação dizem que Pedro foi judaizante doutrinário da Igreja e Paulo, judaizante social. O

evangelizador dos gentios tem sido censurado, especialmente no que se refere à sua posição sobre o ministério feminino na Igreja. Acusam-no de não se ter libertado do radicalismo judaico na questão da liberdade da mulher e, em consequência, não compreender o obra de libertação do sexo feminino realizada por Jesus Cristo. A sua escravidão à tradição rabínica fê-lo dúbio ao enfrentar situações de fato e radical ao reafirmar o antifeminismo social e religioso do judaísmo a que pertenceu e do qual não se livrou completamente. O que chamam, porém, de apego ao judaísmo radical, chamamos de fidelidade às Escrituras do Velho Testamento, que Paulo acreditava, e nós também, serem a irrevogável e imutável Palavra de Deus, revelação permanente. Os defeitos apontados em Paulo são os mesmos indicados nos ortodoxos, nos puritanos, aqueles que continuam, no meio de todas as mudanças sociais e culturais, afirmando a autenticidade, a perenidade e a irrevogabilidade da revelação divina documentada, por ordenação de Deus, nas Escrituras Sagradas. Todos, hoje, que persistem na sustentação do princípio reformado do “Sola Scriptura”, a “Bíblia como única regra de fé e norma de conduta”, são vistos como conservadores, tradicionalistas e retrógrados.

Apostolado relativo. Ao duvidar das posições paulinas na sua luta para estruturar uma Igreja emergente dentro do esquema bíblico dos pactos, da liturgia organizada e ordenada por Deus e da linha histórica revelacional, mostrando que o cristianismo nascente não é uma *nova igreja*, mas realizadora, continuadora e sucessora da antecedente, a israelita, fonte e base da atual. Repito, ao duvidar do seu esforço para manter o elo de continuidade entre o velho e o novo Israel, inclusive na estrutura cáltica onde se ressalta a liderança masculina, duvidam, na verdade, do todo ou de parte de seu apostolado, o que não fazemos. Estamos caminhando, já com grande espaço percorrido, para antagonismos lógicos e teológicos: religião sem Deus; cristianismo sem Cristo; biblicismo sem Bíblia; apostolicidade sem fidelidade apostólica; Igreja sem corpo eclesial. Firmando a sua autoridade apostólica, negada por grande parte da Igreja de Corinto (I Co 3. 3-5), Paulo, depois de proibir o falatório feminino questionador na Igreja, escreve: *Se alguém se considera profeta, ou espiritual, reconheça ser mandamento do Senhor o que vos escrevo. E se alguém o ignorar, será ignorado* (I Co 14. 37, 38). Para nós, reformados não deformados, Paulo continua apóstolo, e o que ensina, inspirado pelo Espírito Santo, é *Palavra de Deus*. E se disse que a mulher, na execução litúrgica, não pode liderar o homem, está dito para ser obedecido.

O TEMPO DE PAULO E O NOSSO

Levanta-se a tese de que as limitações paulinas são frutos da época, porque ele foi um produto de seu tempo. Em razão da circunstancialidade de suas determinações, elas eram cabíveis, aceitáveis e assimiláveis pela Igreja inserida na cultura ambiental vigente no então universo paulino. Agora são inadequadas, em virtude de suas extemporaneidades e anacronismos. Na Igreja de hoje, ponderam, a mulher é, ou deve ser, absolutamente igual ao homem, não somente porque a sociedade lhe confere direitos idênticos, mas, e principalmente, porque o Espírito Santo lhe deu, no Pentecostes, os mesmos dons espirituais ou carismáticos. Sobre os carismas de liderança, no entanto, não foi assim: Cristo não colocou nenhuma mulher no colégio apostólico original, o grupo dos doze, e não há prova que o tenha feito posteriormente. A liderança da Igreja é masculina por decisão de seu Cabeça, Jesus Cristo, seguindo o procedimento de Deus no

Velho Testamento. A respeito da inoportunidade, inadequação e inaplicabilidade dos ensinamentos paulinos, conforme os liberais, temos a dizer o seguinte:

a- Se os princípios doutrinários, eclesiológicos e éticos das Escrituras são eventuais, temporais e culturalmente circunscritos a um determinado público em situações socioculturais específicas, então a Bíblia não é revelação divina, mas produção da religiosidade humana sujeita a evoluções ou involuções no curso da história. O fato revelado é, por natureza, universal e irrestrito histórica, geográfica e temporalmente. Portanto, a Igreja de todas as culturas, em todos os lugares e de todas as épocas, tem de moldar-se à revelação bíblica, respeitá-la e submeter-se ela; não moldá-la e submetê-la.

b- Os homens que falaram nas Escrituras, dizem os modernizantes, não o fizeram para a humanidade, mas para sua tribo ou clã, conforme a crença paroquial e temporal professada. A universalidade e a transcendentalidade das Escrituras deixam de ser realidade para a Igreja reformada. Nenhum sentido tem a afirmação petrina: *“Pois foste regenerados, não de semente corruptível, mas de incorruptível, mediante a palavra de Deus, a qual vive e é permanente(negrito nosso). Pois toda carne é como a erva, e toda a sua glória como a flor da erva; seca-se a erva, e cai a sua flor; a palavra do Senhor, porém, permanece eternamente(negrito nosso). Ora, esta é a palavra que vos foi evangelizada”*(I Pe 1.23- 25). Podem argumentar, e o fazem, que as mudanças se dão somente no âmbito da legislação bíblica social, não afetando o núcleo permanente. Consideram, porventura não essencial e não permanente a estruturação apostólica da Igreja, masculina por vocação e por ordenação de Cristo? Quando o conceito social muda, temos de mudar a ética bíblica? Quem é autoritativo para a Igreja: A Palavra de Deus ou a palavra da sociedade? Por exemplo, o novo Código Civil Brasileiro, pressionado socialmente, *discriminou o adultério*. Ao fazê-lo, revogou o sétimo mandamento da lei de Deus: *“Não adulterarás?”* Para os brasileiros em geral o mandamento divino é inaplicável, mas para a Igreja, que segue as Escrituras, não a sociedade, continua vigente. As “atualizações” humanas, seguindo a lógica racional pode chegar a dizer, como faz o catolicismo, que na igreja cristã não é mais idolatria confeccionar “imagem de Deus”, pois a divindade de fez carne em Jesus Cristo, e seu corpo, sem idolatria, pode ser pintado e esculpido(21). Na linha de releitura da Bíblia para o mundo moderno, estamos caindo no que veementemente condenamos: O primado da palavra da Igreja sobre a das Escrituras; pior ainda: o primado da voz da sociedade sobre a voz de Deus. Se a Bíblia não autoriza, por leitura direta não preconcebida, a ordenação de mulheres ao ministério liderante do corpo de Cristo, com que base o fazemos? -A nossa, não a das Escrituras. Concordamos que Paulo escreveu no contexto de uma cultura socioreligiosa composta de três componentes culturais: Judaica, grega e romana. Esta realidade histórica, porém, não afeta as decisões divinas sobre o culto e seus dirigentes, bem como, e principalmente, a liderança do Corpo de Cristo.

Lembremos que a Igreja nasceu de um Homem, Jesus Cristo, firmou-se sobre doze colunas, doze homens. Estas verdades são transculturais e transtemporais.

HOMEM, OFICIANTE DO CULTO

I Tm 2. 8- 15: *Quero, portanto, que os varões orem em todo lugar, levantando mãos santas, sem ira e sem animosidade. Da mesma sorte, que as mulheres, em traje decente, se ataviem com modéstia e bom senso, não com cabeleira frisada e com ouro, ou pérolas, ou vestuário dispendioso, porém, com boas obras(como é próprio às mulheres que professam ser piedosas). A mulher aprenda em silêncio, com toda submissão. E não permito que a mulher ensine, nem que exerça autoridade sobre o marido(21); esteja, porém, em silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois, Eva. E Adão não foi iludido, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão. Todavia, será preservada através de sua missão de mãe, se las permanecerem em fé, e amor e santificação, com bom senso”.*

A tradução de “*andros*” por *homem*, em lugar de *marido*, é mais usual, mais correta e, especialmente, mais em consonância com o contexto, que trata de culto público(v. 8), onde a mulher fica desautorizada a exercer autoridade sobre o homem.

Os dois primeiros cultos da humanidade, segundo as Escrituras, foram prestados por dois homens: Caim e Abel.

Paulo, ao contrário do que pensam os igualitaristas, não construiu a doutrina da celebração masculina do culto público sobre a base transitória da sociologia religiosa de seus dias, fundamentou-a nas Escrituras sobre dois pilares reais, permanentes e irremovíveis: **a criação e a queda.**

CRIAÇÃO

“*Porque primeiro foi formado Adão, depois, Eva*”(*I Tm 2. 13*). Adão já se encontrava em plena atividade diretiva, regendo a obra criada, gerenciando o Éden e nomeando os seres animados e inanimados(Gn 2. 15, 19, 20), quando sentiu necessidade, não de uma co-regente, mas de uma *auxiliar* responsável, fiel e submissa. E Deus lha deu(Gn 2. 21-25). Aqui, como disse Calvino(23), não prevalece o princípio da simples anterioridade temporal, porque João Batista veio antes de Jesus, e este é muito maior que ele. Paulo, certamente, leva em conta três consideráveis fatos:

a- Adão em primeiro lugar: anterioridade funcional. Quando Eva chegou, seu marido era o único rei sobre a criação, recebendo pessoalmente a ordem do Criador para cultivar a terra, guardar e ordenar as vidas existentes(Gn 2, 15, 19, 20). Deus a fez e a colocou como *esposa-rainha*, auxiliadora do *marido-rei*, que se encontrava no trono em pleno exercício da realeza. À esposa de Adão nenhuma ordem governamental foi dada, a não ser sua qualificação, reconhecida por Adão, que a credenciava como consorte autêntica e confiável: “*Esta, afinal, é osso dos meus ossos e carne da minha carne*”. A companheira de Adão era de sua mesmíssima natureza e essência. Cada macho, sabia o primeiro homem antes da primeira mulher, relacionava-se com uma fêmea de sua espécie, idônea para o relacionamento, sobre a qual dominava(Gn 2. 20b). Ele também, agora tinha a sua própria fêmea, humanamente idônea, submissa a ele, sua protegida, fiel companheira, genitora de seus filhos, propagadora e perpetuadora da raça. Paulo não quer, baseado nos primados da criação, a inversão da ordem estabelecida por Deus: Deus-Rei do homem; homem- rei da mulher, não em termos de precedência, mas de origem e de autoridade: o homem saiu das mãos de Deus; a mulher saiu da costela do homem, mas ambos, obras do Criador.

b- O primeiro pacto, o de obras, foi feito com Adão: anterioridade pactual. O pacto de obras, firmada entre o Criador e a humanidade, teve como signatário, em nome de todos os pósteros, o primeiro homem, antes do advento da mulher, conforme a segunda narrativa da criação: *“E lhe deu esta ordem: De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás”* (Gn 2. 16, 17). Portanto, Eva “nasceu”(foi criada) já pactuada com Deus mediante a palavra empenhada de seu marido. A mulher entrou na história sob o signo do pacto: verdade que não se há de revogar nem negar, pois pertence, de maneira inseparável, ao conteúdo original da criação e da continuidade relacional entre o Criador e sua criatura humana. É isto que Paulo não deseja que a Igreja reverta, pois o que Deus realiza o homem não pode modificar ou desfazer sob nenhum pretexto.

c- A mulher recebeu, no ato de sua criação, o ministério da maternidade: “E deu o homem o nome de Eva a sua mulher, por ser mãe de todos os seres humanos” (Gn 3. 20). Se pela mulher o pecado entrou no mundo; se por ela nasceram todos os pecadores, também do seu ventre, conforme a promessa(Gn 3. 15), veio à luz a “semente”(Jesus Cristo), que esmagou a cabeça da serpente. Sem a maternidade não haveria geração; sem maternidade não existiria a encarnação do Verbo, o triunfo sobre o tentador. Deus usou, pois, a maternidade da mulher tentada e iludida para realizar o seu plano redentor. A maternidade tem sido o meio para o surgimento de muitos réprobos, mas também o instrumento pelo qual Deus insere na História seus eleitos, inclusive homens de extraordinária estatura moral, espiritual e profética como Noé, Abraão, Isaque, Jacó, José, Samuel, Davi, Salomão, Isaías, Jeremias, Daniel, João Batista, JESUS CRISTO, Pedro, João, Lucas, Tiago, Paulo. Sem a maternidade a mulher não teria a sua própria salvação, pois a “semente da mulher” é o Salvador dos eleitos. Maria foi salva pelo seu Filho. Paulo, falando da criação, tinha em mente, com certeza, Eva, protótipo da mulher genérica(24). Tanto que ele passa do singular para o plural, ao transferir para todas as mulheres o desiderato maternal da primeira mãe: *Todavia, será preservada através de sua missão de mãe, se elas permanecerem em fé e amor e santificação, com bom senso* (I Tm 2. 15). Este ministério maternal, presente no lar e expresso na Igreja, é a maior bênção da humanidade. Qualquer homem ministro está entre duas mulheres: a mãe e a esposa. Se ambas são servas de Cristo, seu ministério será muito mais eficiente. Ministra maternal, submissa, mas não inferior ao homem, a mulher contribui com o seu testemunho, com o seu ensino leigo no lar e nos grupos de estudo, e com sua oração para a unidade, a santidade e o crescimento da Igreja. O fato de proceder do homem na ordem criacional, criada para ser auxiliar, não implica em subalternidade e inferioridade, mas em ministério feminino específico, profundamente necessário na organização, estruturação, manutenção e dignificação da família divinamente instituída, célula vital da Igreja do Cordeiro.

QUEDA

“E Adão não foi iludido, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão” (I Tm 2. 14). O pacto, como dissemos, foi feito com Adão, antes da criação da mulher. Esta o quebrou, arrastando na queda seu marido em virtude de sua corresponsabilidade, consubstancialidade e co-essencialidade com Adão. Lembremos que

ela não era uma pessoa independente, autônoma. Como osso dos ossos e carne da carne de seu esposo, ela era dele e estava com ele indissolivelmente. Sendo os dois uma só carne, o seu pecado tornou-se o de seu cônjuge, independentemente de ele ter desobedecido por ato individual, ter sido tentado por sua esposa, ter comido o fruto da árvore proibida(Gn 3. 6). A serpente foi a tentadora de Eva; esta, a tentadora de seu parceiro. Paulo diz que Adão não foi iludido; Eva foi; derrubando Adão por solidariedade congênita, pois ela é extensão dele. Ele é “Ish”(homem), ela, “Ishshâ”(mulher); o masculino e o feminino completam-se em Adão, unidade conjugal, “imagem e semelhança de Deus”(Gn 5. 2 cf Gn 1. 27). A esposa é parte do marido; este tem parte nela. Um não existe sem o outro. Eva, levada à queda, arrastou seu marido. Os dois caíram juntos. A partir daí, a responsabilidade da introdução do pecado no mundo não é mais dela: é de seu esposo, na qualidade de líder. Por isso Paulo registra: *“Assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens porque todos pecaram”*(Rm 5. 12). A única iniciativa gerencial de Eva, tomada à revelia de Adão, foi um desastre de conseqüências eternas.

A humanidade, na teologia paulina, é encabeçada por dois homens: Adão e Cristo: *“O primeiro homem, formado da terra, é terreno; o segundo homem é do céu”*(I Co 15.47 cf Rm 5. 12ss). Adão é o cabeça da velha humanidade; Cristo, o da nova, a Igreja; e nesta, o Cabeça instituiu ministros masculinos, figuras do Filho do Homem com admirável interação e miraculosa integração representativa. *“Quem vos der ouvidos, ouve-me a mim; e quem vos rejeitar, a mim me rejeita; e quem, porém, me rejeitar, rejeita aquele que me enviou”*(Lc 10. 16).

Colunas masculinas do povo de Deus. Israel firmava-se como povo de Deus nas doze colunas patriarcais, cabeças das doze tribos(Ap 7. 4 - 8 cf 21. 12). A Igreja fundamenta-se em Cristo e se apóia nas doze colunas apostólicas(Ap 21. 14). Se o culto da Igreja terrestre é liderado pelo sexo masculino, diferente não é o celeste, segunda a visão do vidente de Patmos: Os vinte e quatro anciãos ou presbíteros(Ap 4. 4, 10; 11. 16; 19. 4) formam o corpo litúrgico do templo celeste. E esses anciãos estão entronizados: *“Ao redor do trono há também vinte e quatro tronos e assentados neles vinte e quatro anciãos vestidos de branco, em cujas cabeças estão coroas de ouro”*(Ap 4. 4). No presbiterato celeste não há presbítera; e o culto da Igreja na terra é antevisão do culto no céu. Vejam a declaração de Cristo na celebração da primeira eucaristia: *“Até àquele dia em que o hei de beber, novo, no reino de Deus”*(Mc 14. 25b). O que Paulo, em suma, queria ensinar é que Deus não colocou mulheres no comando ministerial da Igreja e nem na sua direção litúrgica. Elas entram, apelando para seus direitos, esquecendo dos deveres que Deus lhes concedeu, inclusive o da submissão. A dose maior de culpa cabe ao arminianismo pragmático do protestantismo contemporâneo. A liderança é prerrogativa do homem, cabeça da mulher; a ele compete levantar mãos ministeriais santas(I Tm 2. 8) na adoração e no comando do corpo adorador. Von Allmen diz que na qualidade de homem(anêr) e de esposo é que o Cristo ressurreto governa a sua Igreja(II Co 11. 2), e que não há registro neotestamentário de mulher proclamando a Palavra de Deus com solenidade, na qualidade de comissionada pelo Senhor, e nem batizando ou presidindo a eucaristia. E isto, prossegue Von Allmen, não procede dos preconceitos contra a mulher daquele tempo histórico específico, mas da doutrina da criação. “Há uma ordem, desejada por Deus, segundo a qual cabe ao homem ser o liame entre o

Senhor e a mulher”. Eis porque somente o homem deve ser consagrado e ordenado ao ministério. Não é a virilidade que lhe dá condição de ministrar na Igreja de Cristo, mas a vocação e a consagração. A doutrina bíblica rejeita a idéia pagã da “mulher medianeira da graça”. O culto cristão não anula ou modifica a ordem da criação, antes é a sua confirmação e restauração memorativa diante do povo de Deus. Para subverter a ordem da criação tem de se opor o Salvador ao Criador, o que fez Marcião, que, não por acaso, mas por heresia doutrinária, foi o primeiro a criar o ministério feminino ordenado em sua seita facciosa(25).

MARIDO, SÍMBOLO DE CRISTO; MULHER, SÍMBOLO DA IGREJA.

Ef 5. 22- 32: *As mulheres sejam submissas a seus próprios maridos, como ao Senhor; porque o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da Igreja, sendo este mesmo salvador do corpo. Como, porém, A igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo submissas a seus maridos. Maridos, amai vossas mulheres, como também Cristo amou a Igreja, e a si mesmo se entregou por ela, para que a santificasse, tendo-a purificado por meio da lavagem de água pela palavra, para a apresentar a si mesmo Igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem cousa semelhante, porém santa e sem defeito. Assim também os maridos devem amar as suas mulheres como a seus próprios corpos. Quem ama a sua esposa, a si mesmo se ama. Porque ninguém jamais odiou a sua própria carne, antes a alimenta e dela cuida, como também Cristo o faz com a Igreja; porque somos membros do seu corpo. Eis porque deixará o homem a seu pai e a sua mãe, e se unirá à sua mulher, e se tornarão os dois uma só carne. Grande é este mistério, mas eu me refiro a Cristo e à sua Igreja’.*

O autor(Paulo, para nós) defende a tese bíblica da unidade corporativa de marido e mulher, conforme estabelecida por Deus na criação, e não por convenção social. E esta união indissolúvel de esposo-esposa é, na concepção paulina, a melhor, mais profunda e mais adequada analogia da união **Cristo-Igreja**. A idéia do paralelo relacional entre marido e mulher e Deus e Igreja vem do Velho Testamento, onde o Salvador dos eleitos apresenta-se como o Esposo infalivelmente fiel, por seu imutável amor, de uma esposa freqüentemente envolvida em adultério espiritual(idolatria) com deuses de outros povos(Is 54. 1- 8; 62. 4; Jr 3. 6- 14; 31. 32; Ez 16. 23; Os.: caps. 1- 3). Jesus se utiliza da mesma analogia nas parábolas em que o Filho de Deus é descrito e retratado como noivo da Igreja(Mt 9. 15; Mt 22. 2- 13; Mt 25. 1- 10). “Quando se diz que Cristo é o Cabeça da Igreja(Ef 1. 22; Ef 5. 23; Cl 1. 18; I Co 11. 3), estão implícitas duas coisas: a responsabilidade que ele sente pela Igreja, e a responsabilidade que a Igreja tem para com ele. Há, aí, implicações comparáveis às das relações do casamento”(26) em que o amor é o vínculo da união de desiguais. Cristo é infinitamente superior à Igreja: Ele, Marido: eterno Filho de Deus, Mediador da criação, consumidor da redenção e da fé, Rei de todo o universo, Salvador dos eleitos, sem pecado, a Palavra de Deus encarnada, o caminho, a verdade e a vida. Ela, Igreja-esposa: Falível, pecadora e de pecadores, propensa à infidelidade, limitada, mortal, impotente, incapaz, totalmente dependente de seu Esposo. A unidade, portanto, como já foi dito, não elimina as diferenças individuais. Cristo, ao unir-se com sua Igreja, não se tornou igual a ela e nem ela igual a Cristo(Jo 17. 21, 22).

Sua união com a Igreja, compreendida pela ilustrativa imagem do corpo humano, é similar à união da cabeça com o corpo: O cérebro comanda; o corpo obedece. Esta semelhança existe na relação conjugal: marido=cabeça; mulher=corpo(Ef 5. 23). No paralelo analógico, sempre a cabeça comanda o corpo, jamais, o contrário. A analogia só é possível em virtude da similaridade dos conjuntos análogos. Não se há de buscar impropriedades na comparação analógica dos “casamentos”: *homem - mulher* e *Cristo - Igreja*, pois quem a fez foi o próprio Deus. E tal analogia deixa claramente estabelecida a liderança do marido sobre sua esposa, “em tudo submissa” a ele. Semelhante é a liderança de Cristo sobre sua esposa, a Igreja. Isto evidencia, de maneira exegeticamente convincente, que não cabe à Igreja exercer autoridade sobre Cristo como não compete à esposa liderar o marido. Logo, não é possível, segundo a ordenação divina, o ministério feminino liderante na Igreja como o de apóstola, bispa, pastora e presbítera. A Igreja-esposa não pode travestir-se de marido. O comando do rebanho e a supremacia sobre ele são, intransferivelmente, atribuições do Cordeiro. Sendo o pastor do aprisco de Deus um símile, por analogia, função e ministério, do Sumo Pastor, não pode ser do sexo feminino, pois este representa as ovelhas pastoreadas, a Igreja, esposa, não marido. Ao colocar-se uma mulher no pastoreio da Igreja, sem expressa autorização bíblica, cometem-se duas impropriedades: Primeira: O entendimento de que a verdade revelada, no que concerne ao ministério, teve validade apenas local e temporal. Segunda: Coloca-se a Palavra de Deus sob o signo da relatividade, estabelecendo-lhe supostas inoportunidades e inaplicabilidades em situações e contextos culturais em que a Igreja se insere aos quais se adapta. O que Deus fez nos tempos bíblicos não se aplica à Igreja moderna. “Igreja moderna?”. As portas do inferno não prevalecem contra a Igreja, mas as da história prevalecem: desfiguram-na e a debilitam. A Reforma encontrou-a assim, num esta espiritual deplorável, mas politicamente dominadora. Levou-a de volta às Escrituras, e ela reviveu, mas indelévels cicatrizes permaneceram. Há um parasita nas florestas tropicais popularmente chamado “Mata-pau”. Ele começa tímido, um cipozinho desprezioso, abraça a árvore inteira como quem a afaga. Vai engrossando, enroscando, dominando, apertando, asfixiando até transformar o hospedeiro amigo em cadáver. A esta altura, o “Mata-pau” já não precisa mais do suporte original, pois tem vida independente, árvore frondosa às custas alheias. O modernismo faz assim com a Igreja: vive nela e dela até tornar-se forte, matar a velha Igreja, apropriar-se de sua estrutura, descartar os seus restos mortais. Fez assim na Europa e nos Estados Unidos, com ministério feminino e tudo, e começa a asfixiar a Reforma no Brasil.

ADÃO E EVA: PROTÓTIPOS SIMBÓLICOS

ADÃO, PROTÓTIPO DE CRISTO.

Adão, o filho original com quem Deus firmou o pacto de obras, foi necessário antecessor natural do segundo Adão, nosso Senhor Jesus Cristo, conforme o entendimento paulino: *“Pois assim está escrito: o primeiro homem, Adão, foi feito alma vivente. O último Adão, porém, é espírito vivificante. Mas não é primeiro o espiritual, e, sim, o natural; depois o espiritual. O primeiro homem, formado da terra, é terreno; o segundo homem é do céu. Como foi o primeiro homem, o terreno, tais são também os demais homens terrenos; e como é o homem celestial, tais também os celestiais. E, assim*

como trouxemos a imagem do que é terreno, devemos trazer também a imagem do celestial”(I Co 15. 45- 49).

O crente verdadeiramente redimido é *natural* em Adão, e *espiritual* em Jesus Cristo: porta a imagem do terreno, formado da terra, e também a do celestial, o que é do céu, Cristo Jesus. Sendo *protótipo de Jesus*, pessoalmente Adão não quebrou o pacto, na concepção paulina: “*E Adão não foi iludido*”(I Tm 2. 14^a). Adão, embora não tenha ouvido a voz da serpente e não tenha, individualmente, traído o seu Senhor, Criador e Rei, *assumiu*, por solidariedade gerada pela união conjugal, o *pecado de Eva, sua esposa*. A realidade prefigurada em Adão, um tipo de profecia objetivada, cumpre-se, de maneira real e concreta em Cristo, segundo Adão, Esposo da Igreja: Como cabeça dos eleitos, e sendo o Filho de Deus, não era pecador nem cometeu pecado, mas se fez pecador, *assumindo o pecado de sua esposa*, a Igreja: “*Aquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós; para que nele fôssemos feitos justiça de Deus*”(II Co 5. 21). E o paralelo simbólico é ainda mais extenso: assim como Eva saiu de Adão; a Igreja procede de Cristo; como Adão antecede Eva, Cristo é ternamente anterior à Igreja; Como Adão é senhor de Eva, Cristo é Senhor da Igreja; a culpa de Eva caiu sobre Adão, e ambos morreram; a culpa da Igreja caiu sobre Jesus e ambos morreram e ressurgiram para Deus, para a vida eterna. A tese da morte da Igreja em Cristo é explícita em Paulo: “*Fomos, pois, sepultados com ele na morte pelo batismo, para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também andemos nós em novidade de vida. Porque se fomos unidos com ele na semelhança de sua morte, certamente o seremos também na semelhança da sua ressurreição; sabendo isto, que foi crucificado com ele o nosso velho homem, para que o corpo do pecado seja destruído, e não sirvamos o pecado como escravos; porquanto quem morreu, justificado está do pecado. Ora., se já morremos com Cristo, cremos que também com ele viveremos*”(Rm 6. 4- 8). Na etiologia paulina do casamento, a anterioridade, a prioridade e a liderança do marido são irrefutavelmente evidentes, e tudo com base na criação, no pacto e na redenção; nada de circunstancialidade histórica, sociológica, cultural e temporal. O apóstolo dos gentios, inspirado, trata da matéria teologicamente, dentro da teologia estritamente bíblica, estabelecendo o primado: **Homem, cabeça da mulher; Cristo, Cabeça da Igreja**, isto é, como Cristo é o Sacerdote da Igreja, semelhante e tipicamente o homem é sacerdote da mulher: I Tm 2.12: “*E não admito que a mulher ensine (como docente sacerdotal), nem que exerça autoridade sobre o marido (parênteses nossos)*).

EVA, TIPO DA IGREJA.

“*A mulher, sendo enganada, caiu em transgressão*”(I Tm 2. 14^b). Eva, a esposa do primeiro Adão, representa a Igreja transgressora, esposa do segundo Adão. Quando Deus inquiriu Adão no Éden sobre seu estado de nudez, fuga e pecaminosidade, ele respondeu: *A mulher que me deste por esposa, ela me deu da árvore, eu comi*”(Gn 3. 12). Cristo, analogicamente, poderia ter dado resposta semelhante, ao sentir-se abandonado no Gólgota em condição tão alienada, em solidão tão profunda, que exclamou. “*Deus meu, Deus meu: por que me abandonaste?*”. Sim, ele poderia ter dito: *A mulher que tu me deste por esposa, a Igreja, fez isto comigo! Pessoalmente não tenho de pagar o salário do pecado, a morte, pois não pequei. Morro pela transgressão da esposa infiel que me deste*. Lembremos que a Igreja é a soma dos eleitos. O paralelo entre

Eva, a mulher representativa, introdutora do pecado no mundo e mãe de todos os seres humanos pecadores, e a Igreja é muito significativo e extraordinariamente rico.

Igreja, esposa infiel. Nas Escrituras vetotestamentárias a Igreja, sempre que retratada como esposa de Javé, é chamada de mulher adúltera, traidora dos compromissos conjugais com o divino Marido, isto é, contumaz ab-rogadora do pacto. Mas, apesar de tudo, a maculada consorte é a “escolhida” de Deus, o Esposo, que a ama, respeita-a e lhe devota incorruptível fidelidade. Um dos quadros mais ilustrativos da relação de “marido moralmente inatacável com uma mulher extremamente corrupta, pintando a natureza desigual do convívio marital de Deus com a esposa, Israel, é a história de Oséias, o profeta que recebeu ordem divina para desposar uma prostituta, Gômer: *“Vai, toma uma mulher de prostituições, e terás filhos de prostituição”* (Os 1.2; ver Os 1.1ss). Infiel sempre foi a Igreja, a eleita de Deus; fiel sempre foi o seu Esposo, que jamais deixou de perdoar-lhe as traições, as infidelidades. Na analogia que Paulo faz do casamento, em Ef 5. 22-32, ele mostra que Cristo, o Esposo, entrega-se por sua amada para purificá-la, santificá-la, prepará-la para si mesmo, com o fim de apresentá-la, certamente no reino escatológico, sem mácula nem ruga(vs. 25-27). A idéia é a mesma esposada em Oséias: Deus toma para si uma mulher prostituta, a Igreja, para ser mãe de seus filhos, dedicando-lhe imensurável amor, infinita misericórdia e incansável tolerância. E a Igreja sabe que não merece o Esposo que tem, que fez dela consorte honrada, prestigiada e garantida no lar, pois o seu casamento com Cristo é indissolúvel.

Mulher-mãe: *“Será preservada através de sua missão de mãe”* (I Tm 2. 15). A primeira mulher recebeu de seu marido, o único que tinha autoridade para fazê-lo, o nome de Eva, exatamente por ser mãe original, mãe de todos os seres humanos: *“E deu o homem o nome de Eva a sua mulher, por ser a mãe de todos os seres humanos”*(Gn 3. 20), especialmente mãe da “semente”(Messias), que se vingaria, por sua mãe, a Igreja, da serpente(Gn 3. 16). A Igreja, esposa de Cristo, retratada na figura materna de Eva, não tem, nem pode ter, filhos de outros maridos. O seu desejo de mulher, sua libido espiritual(se podemos falar assim) centraliza-se exclusivamente em seu Marido, à semelhança de Eva: *Em meio de dores darás à luz, filhos; o teu desejo será para o teu marido, e ele te governará”*(Gn 2. 16). A paixão da Igreja por Deus transforma-se em anseio traduzido nas declarações de amor do salmista: *“O meu coração e a minha carne exultam pelo Deus vivo!”*(Sl 84. 2b) *“ Minha alma tem sede de Deus, do Deus vivo: quando irei e me verei perante a face de Deus?”*(Sl 42.2). A mulher concebe filhos de seu marido; a Igreja os gera de Jesus Cristo e para ele. Calvino, falando sobre o ministério maternal da Igreja, diz: *“Não há outro caminho pelo qual se chaga à vida senão pela concepção no seio desta mãe, que nos dá à luz, alimenta-nos com suas tetas, ampara-nos e nos preserva até que, despojados da carne mortal, sejamos semelhantes aos anjos”*(27). Esse papel maternal da Igreja desposada com Cristo, ilustrado da maneira mais exata possível pela maternidade da esposa cristã, fiel e submissa em tudo a seu marido, é que Paulo usa para ressaltar o sublime ministério da mulher, não usurpando a posição do homem nem subvertendo a ordem estabelecida por Deus: Cristo, Cabeça da Igreja, sua esposa, mãe dos filhos de Deus; marido, cabeça da mulher, sua consorte conjugal, mãe de seus filhos, filhos de Deus: *“Herança do Senhor são os filhos; o fruto do ventre seu galardão”*(Sl 127. 3). Paulo, solidamente baseado nas doutrinas da criação, redenção e eleição, sustenta a manutenção da ordem estatuída, vigente no Velho

Testamento, na Igreja cristã. Ele conhecia o sacerdócio feminino nos cultos pagãos de sua época, cruzava todos os dias com prostitutas sagradas das religiões pagãs dos cultos de mistérios e da fertilidade nas “ressurreições” estacionais. Não podia admitir a intromissão de princípios humanos na instituição do novo pacto, filho e sucessor do velho, herdeiro das promessas, submisso à mesma Palavra de Deus. A mulher, figura de Igreja e de mãe, não pode exercer paternidade espiritual; seu desiderato é maternal. O corpo não manobra a cabeça. Uma mulher no pastorado ou no presbiterato seria isto: *Corpo, Igreja, mandando na cabeça, Cristo*. A paternidade compete ao homem, tipo de Cristo, prefigurado em Adão. Não sei explicar exatamente porque o divino Senhor instituiu um sistema hierárquico criacional e revelacional de autoridade escalonada: Deus- Cristo- homem- mulher. Fico com o que ele deixou, convincentemente explicado por Paulo como já vimos até aqui.

A Mulher e os Sacramentos.

Outra coisa que evidencia a não inclusão da mulher no ministério liderante ordenado da Igreja é a total ausência de registro sobre sua participação na ministração dos sacramentos: batismo e Ceia. Calvino afirma que o múnus da ministração dos sacramentos compete ao ministro eclesiástico ordenado, não ao leigo nem à mulher.

Santa Ceia. Cristo, ao celebrar a Ceia inaugural, partiu o pão com os seus apóstolos e ordenou-lhes: “*Fazei isto em memória de mim*”, autorizando-os a executarem-no ministerialmente na Igreja nascente e celularmente representada nos doze ali presentes, exceto Judas Iscariotes. Jesus tinha muitas mulheres discípulas, que andavam com ele e o serviam, além de sua mãe a quem considerava e respeitava. A nenhum delas, porém, chamou para a primeira e original eucaristia, base de todas as celebrações posteriores. À mulher, portanto, não se lhe deu a ordem da celebração sacramental. Este fato, entende Calvino, prova que o Filho de Deus não deseja que a mulher seja ministra eucarística(28).

Estranho me parece que numa Igreja fundamentada na Reforma e calvinista em sua teologia e eclesiologia, como a Igreja Presbiteriana do Brasil, permitam-se mulheres ministrarem a Ceia do Senhor. Calvino está sendo esquecido ou ignorado. O § único do Art. 15 de “Princípios de Liturgia” autoriza o ministro a, na falta ou impedimento de presbíteros, convidar diáconos ou membros da Igreja em plena comunhão para auxiliarem na ministração da Ceia, mas não autoriza membros femininos, nas circunstâncias previstas, a distribuírem os elementos eucarísticos. Ao afastarmos da Reforma, também nos afastamos das Escrituras sem que a consciência cristã nos acuse de infieis às determinações de Deus.

Batismo. O que se disse da Ceia vale para o batismo. Cristo, ao enviar seus apóstolos, ordenou-lhes fazer discípulos e batizá-los. Não ordenou mulheres ao ministério batismal. Eis porque o Novo Testamento não registra um caso sequer de rito batismal executado por elementos femininos, pois a ministração tanto do sacramento batismal como da eucaristia era da exclusiva competência do ministério ordenado masculino(29).

Paulo constrói a doutrina ministerial sobre os fundamntos da revelação, da criação e das ordenanças litúrgicas; jamais sobre a razão ou sobre fatos culturais, históricos e sociais.

CONCLUSÃO

Os que sabem que as verdades divinas são reveladas: procedentes de Deus e não dos homens;

os que aceitam integralmente as Escrituras e as tomam como regras de fé e normas de conduta e parâmetros eclesiais;

os que se julgam inabilitados e incompetentes para ditarem normas ao Revelador da palavra sagrada e aos seus apóstolos;

os que crêem que os pastores do rebanho de Cristo são exclusivamente eleitos e chamados por Deus;

os que defendem o princípio da *Igreja-serva*, figurada na *mulher-esposa submissa*, que não ordena, não preside, não dirige e não oficia as ordenanças litúrgicas e sacramentais;

todos que assim crêem e agem segundo a fé que professam, não discutem, não alteram e não negam as seguintes legados escriturísticas:

01- Homem líder, mulher auxiliadora: Primeiro foi criado o homem, depois a mulher. E esta veio para quebrar-lhe a solidão, ser-lhe companheira e **auxiliadora**: “Disse mais o Senhor Deus: Não é bom que o homem esteja só: far-lhe-ei uma auxiliadora que lhe seja idônea” (Gn 2. 18). Como **companheira e auxiliadora** do homem Deus criou a mulher e quer que ela continue assim no reino dos eleitos de Cristo, no governo espiritual de seu povo. Mulher: auxiliadora, serva, aquela que serve à semelhança da Igreja a qual tipifica e ilustra existencialmente.

02- Homem, signatário do primeiro pacto(Gn 2. 15-17). O primeiro pacto foi celebrado com Adão, antes da existência de Eva, que potencialmente já existia no corpo do homem primevo de onde Deus a tirou. Deste modo, ela entrou numa aliança pré-existente com Deus por meio de seu marido. Assim também acontece com a Igreja: seu pacto com Deus realiza-se por meio de seu Esposo, Jesus Cristo. Todos os demais pactos foram firmados por meio de homens signatários, ficando a mulher em posição de beneficiária passiva. E não podia ser diferente, pois ela representa a Igreja pecadora, objeto da graça.

03- A mulher quebrou o pacto: *Adão não foi enganado, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão”(I Tm 2.14).* Ela, carne da carne e osso dos ossos do marido, uma unidade social, moral, psicológica, emocional e espiritual com ele, fê-lo participante das consequências de sua transgressão. Adão e Eva, como protótipos de Cristo e da Igreja respectivamente, prefiguram exatamente a união entre o imaculado Cordeiro e Igreja pecadora. Cristo não pecou, mas assumiu o pecado de sua Esposa, a Igreja: *Aquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós; para que nele fôssemos feitos justiça de Deus”(II Co 5.21).*

04- Homem, cabeça; mulher, corpo: “Porque o marido é o cabeça da mulher, como Cristo é o cabeça da Igreja, sendo este mesmo Salvador do corpo”(Ef 5.23). A cabeça dirige o corpo; o corpo expressa a cabeça. A relação não superioridade nem de submissão, mas de funcionalidade, mais ou menos o que se estabelece entre Cristo e sua Igreja: “Como, porém, a Igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo submissas a seus maridos”(Ef 5. 24). A interação cabeça-corpo é

fisiologicamente natural, conforme a lei da criação. No campo espiritual, analogicamente, a relação cabeça-corpo é estrutural e espiritualmente preconcebida por Deus. Deste modo, a inversão transforma o normal em anormal, a ordem em desordem, a perfeição em perversão: *o corpo comandando a cabeça*. Como a Igreja, corpo, não dirige Cristo, Cabeça; a mulher, corpo, não pode governar o homem, cabeça: “*Não permito que a mulher ensine, nem que exerça autoridade sobre o marido*” (I Tm 2.12). Sendo o homem imagem de Cristo, e a mulher, imagem da Igreja, a analogia cabeça-corpo aplica-se ao governo eclesial. Porém, se o modelo da Igreja e do lar cristão não serve para o sociedade secular, também os oscilantes padrões desta são inaplicáveis normativamente ao corpo de Cristo e a cada um de seus membros.

05- Ministério masculino. Deus não concedeu à mulher o sacerdócio no Velho Testamento nem o apostolado no Novo. Não se registra sua participação na instituição eucarística e não há qualquer evidência bíblica de que ela tenha exercido o ministério batismal na Igreja primitiva. E isto, para os que crêem nas Escrituras, reflete a vontade divina. Se Deus quisesse a mulher no ministério eclesial liderante, tê-la-ia colocado de maneira clara, insofismável.

06- Cristo, esposo; Igreja, esposa. O marido fecunda biologicamente a mulher, e ela lhe dá filhos; Cristo fecunda espiritualmente sua esposa, a Igreja, e ela produz frutos. Ele é o Pai que nos gera; a Igreja, nossa mãe que nos concebe, dá-nos à luz, alimenta-nos e nos acolhe no seu regaço. Esta imagem é do respeitável Calvino. O ministério maternal o Criador o concedeu exclusivamente à mulher; o paternal, ao homem. Não se inverte tal ordem da criação.

07- O papel da mulher. O organismo espiritual é a projeção do físico. Ambos são constituídos de cabeça e corpo, com papéis específicos e bem definidos. A mulher, símbolo do corpo eclesial, tem funções imprescindíveis tanto no campo da maternidade responsável, da sua contribuição maternal na educação cristã, como na didática da Igreja por meio do ensino religioso nas escolas bíblicas. Se Deus não a colocou no ministério pastoral e presbiteral como dirigente litúrgica e sacramental, quer no culto terrestre quer no celeste, deu-lhe, por outro lado, missão de *serva*, de *auxiliadora*, sem qualquer pretensão de ser *cabeça*. Ela sabe, por revelação e não por aculturação social, que a união *esposo-esposa* não se dá pelo princípio da igualdade, pois são muito diferentes, mas pelos vínculos do amor, única força, dom divino, que une desiguais. Sem o ministério auxiliar feminino o masculino não existiria, como não existe lar, na bíblica acepção do termo, sem a união marido-mulher, isto é, cabeça-corpo.

A mulher serve. Como a Igreja, a mulher é serva por natureza. Assim tem sido, é e deve continuar sendo a mulher presbiteriana. Sem qualquer título ministerial, sem a obrigação oficial de servir, sem inclusão na “folha de pagamento” da Igreja, ela serve ao seu senhor, cumprindo os propósitos para os quais Deus a criou: ser companheira e auxiliadora. Ninguém tem feito mais na Igreja Presbiteriana do Brasil que a mulher: formadora do caráter cristão da juventude; evangelista de seus filhos; sustentadora do ministério masculino, cooperadora na obra missionária; participante da liturgia comunitária; intercessora incansável; diaconisa leiga ativa em todos os eventos da Igreja; mestra de ensino religioso de todas as faixas etárias, especialmente de crianças e adolescentes; serva dos servos na comunidade; colaboradora da Igreja nacional por meio da SAF e das federações do trabalho feminino. A submissão, o desprendimento, a liberalidade, a espontaneidade, a consagração e a livre dedicação da mulher presbiteriana

qualificam-na como verdadeira serva de Cristo, como autêntica figura da Igreja do Cordeiro. Por que transformá-la em cabeça, em governanta eclesial, em líder sacramental, quando o seu Criador e Pai fê-la vir à existência como companheira e auxiliadora do homem? Pode a mulher, imagem da Igreja, ocupar a posição de cabeça concedida por Deus ao homem? Paulo, seguido por Pedro, conclui que não.

- (1) Rengstorff, Karl Heinrich: “Apóstolo, Falso Apóstolo, Apostolado, Enviar”, contribuição no “Igreja no Novo Testamento”, Gerhard Kittel, ASTE, SP, 1965, pág. 150.
- (2) Bown, Colin: “Mulher”, “Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento, Ed. Vida Nova, 1ª Ed., 1993, pág. 228.
- (3) Calvino, Juan: “Comentarios a las Epistolas Pastorales de San Pablo”, 2ª Reimpressão, 1987, Michigan, USA, pág. 149.
- (4) Diáconos, Léxico do Novo Testamento, F. Wilbur Gingrich, revisado por Frederick W. Danker, tradução de J. P. Zabatiero, Ed Vida Nova, 1ª Ed., 1984.
- (5) Theological Dictionary of New Testament, WM. B. Eardmans Publishing Company, Grand Rapids, Michigan, Sith Printing, Kittel, Gerhard, Editor, 1974, pág. 789.
- (6) Consultar Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã, Ed Vida Nova, 1990, Vol. II, pág. 592.
- (7) Nicodemus, Augustus: “Ordenação Feminina: O que o Novo Testamento Tem a Dizer?”, Fides Reformata, Vol nº 1., Janeiro-Julho de 1997, pág. 62/63. Todo o artigo é excelente por sua indiscutível fundamentação bíblica.
- (8) Lenhardt, Franz: “Epístola aos Romanos, Comentário Exegético”, trad. De Waldyr Carvalho Luz, do original francês: “Commentaire Du Nouveau Testament”, L’Épître de Saint Paul Aux Romains, ASTE, 1969, pág. 389.
- (9) Calvino, João: “Romanos”, trad. De Walter G. Martins, Edições Paráclitos, SP, 1997, pág. 515.
- (10) Calvino, João: “Romanos”, trad. De Walter G. Martins, Edições Paráclitos, SP, 1997, pág. 515.
- (11) Nicodemus, Augustus: obra citada, pág. 68.
- (12) Bittencourt, Benedito de Paula: Problemas de uma Igreja Local, Publicação da Associação Acadêmica “João Wesley”, 1962, São Paulo, pág. 31).
- (13) Calvino, João: I Coríntios, tradução de Valter Graciano Martins, Ed. Paráclitos, S.P., 1996, pág.330.
- (14) Munzer, K: Cabeça, Artigo no Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento, Vol. I, Edições Vida Nova, São Paulo, 1981, págs. 336 - 339. O autor afirma que em I Co 11. 2- 5 o significado de Kephâlê é fonte ou origem.
- (15) Consultar o erudito artigo de Elberfeld Heinrich Schlier em Theological Dictionary of the New Testament, Gerhard Kittel, 1984, Vol II, págs. 673 a 682, especialmente o ítem B-Kephâlê in the NY.
- (16) Munzer, Karlfrïed: Cabeça, em Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento, Vol. I, Ed. Vida Nova, 1981, S. Paulo, pág. 338.
- (17) Living Bible traduz assim o versículo I Co 11.10: “*So a woman should wear a covering on her head as a sign that she is under man’s authority*”, registrando em nota de rodapé: “*as a sign that she is under man’s authority*”. Literally: “*For tuis cause ought the woman to have power on [her] head.*”
- (18) Calvino, João: I Coríntios, tradução de Valter G. Martins, Edições Paráclitos, 1996, SP, pág. 335.
- (19) Consultar “Kephâlê in the NT” no Theological Dictionary of the New Testament, G. Kittel, Vol. III, 1984, pág. 679s.
- (20) Consultar “Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento, Ed. Vida Nova, SP, 1983, Art. “Mulher, Mãe, Virgem, Viúva, colaboração de C. Brown, pág. 227.
- (21) Catecismo da Igreja Católica, trad. Revista, 7ª Ed. 1997, §§ 2. 130, 2. 131, 2. 141, 1. 159, 1.161, 1.162, 476, 477.
- (22) A palavra, no texto traduzida pela ERA por “marido” é “andros”. *Gen sing. De “anêr”, macho adulto em contraste com o infante e com a fêmea, conforme “The Analytical Greek Lexicon, Harper & Brothers, N.Y. Com este sentido se encontra em I Co 13.11. Traduzem “andros” por “homem”: KJV, NIV, LB e NRSV. A Bíblia de Jerusalém assim a traduz: “Eu não permito que a mulher ensine, ou domine o homem”(andros).*
- (23) Calvino, Juan: “Comentarios as las Epistolas Pastorales de San Pablo, Jenison, Michigan, EEUU, 2 Ed., 1987, pág. 79
- (24) Linha interpretativa adotada por William Hendriksen: “1 y 2 Timoteo/ Tito”, “Comentario Del Nuevo Testamento”, Subcomission Literatura Cristiana de la Igreja Cristiana Reformada, Grand Rapids, Michigan, EE. UU, 1979, pág. 130s.
- (25) Von Allmen, Jean Jacques: “O CULTO CRISTÃO, Teologia e Prática”, ASTE, SP, 1968, págs. 228/229
- (26) Foulkes, Francis: “Efésios- Introdução e Comentário”, Ed. Vida Nova, Série Cultura Cristã, 1963, tradução de Márcio Loureiro Redondo, pág. 128/129.

- (27) Calvino, Juan: “Institución de la Religión Cristiana”, Cipriano de Valera en 1597, reeditada por Luis de Usoz y Río en 1858. Nova Edición Revisada em 1967. Vol II, Livro IV, cap. I, § 4, pág. 806.
- (28) Calvino, João: “As Institutas ou Tratado da Religião Cristã”, Casa Editora Presbiteriana com Luz Para o Caminho, Tradução de Waldyr Carvalho Luz, 1ª Ed., 1989, Vol. IV, Livro IV, Cap. 15, § 20.
- (29) Calvino, João. Obra anteriormente citada no nº 28.

Onezio, S.Paulo, junho de 1998

MULHER PRESBITERIANA

A mulher, testemunha de Jesus,
 Quer na Igreja, no lar, no mundo externo,
 É fermento vital, é sal e luz,
 Promotora do santo amor fraterno.

Mulher Presbiteriana,
 Como esposa, mãe e serva,
 Em seu Deus a fé conserva,
 E cultiva o amor que irmana.

Operária sincera do Deus vivo,
 Da família coluna e educadora,
 Com modéstia mantém seu porte altivo
 De cristã consagrada e servidora.

Nas pegadas de Lídia, de Maria,
 E de tantas irmãs e grandes servas,
 Leva a cruz do Messias cada dia
 Na batalha sem medo e sem reservas.

OF, setembro de 1996.